



SECRETARIA DA FAZENDA

Simulado Especial

SEFAZ PI

Cargo: A01 - Agente de Tributos

Especialidade: Área Geral

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial SEFAZ-PI (Agente de Tributos - Área Geral)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Agente de Tributos - Área Geral do SEFAZ-PI**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/sCcZuB3iwPyXZtE79>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE	141 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE	142 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE	143 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE	144 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE	145 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE	146 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE	147 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE	148 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE	149 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE	150 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE	151 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE	152 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE	153 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE	154 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE	155 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE	156 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE	157 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE	158 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE	159 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/1BjA>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Felipe Luccas

TEXTO 01**O moralizador**

A distinção entre homem moral e moralizador tem alguns corolários relevantes. Primeiro, o moralizador é um homem moral falido: se soubesse respeitar o padrão moral que ele se impõe, ele não precisaria punir suas imperfeições nos outros. Segundo, é possível e compreensível que um homem moral tenha um espírito missionário: ele pode agir para levar os outros a adotar um padrão parecido com o seu. Mas a imposição forçada de um padrão moral não é nunca o ato de um homem moral, é sempre o ato de um moralizador.

Em geral, as sociedades em que as normas morais ganham força de lei (os Estados confessionais, por exemplo) não são regidas por uma moral comum, nem pelas aspirações de poucos e escolhidos homens exemplares, mas por moralizadores que tentam remir suas próprias falhas morais pela brutalidade do controle que eles exercem sobre os outros. A pior barbárie é isto: um mundo em que todos pagam pelos pecados de hipócritas que não se aguentam.

(Fonte: CALLIGARIS, Contardo. **O moralizador**. Caderno Ilustrada. Jornal Folha de São Paulo. Adaptado)

1. O título “O moralizador” justifica-se pelo fato de que, nesse texto, o autor

- a) enaltece as virtudes dos indivíduos que impõem um padrão moral na sociedade.
- b) critica a hipocrisia daqueles supostos paladinos que projetam suas falhas nos outros.
- c) se mostra um adepto da moralidade conservadora professada em Estados confessionais.
- d) analisa o contraste entre os defensores da moralidade e os indivíduos sem compromisso ético.
- e) enfatiza a imprescindibilidade da imposição coercitiva de normas morais no convívio social.

2. Ao citar os Estados confessionais como exemplo, o autor do texto está considerando

- a) o papel crucial de lideranças religiosas na construção de uma sociedade mais ética.
- b) a contribuição dos códigos religiosos no estabelecimento do senso de responsabilidade coletiva.
- c) a convergência do espiritual e do cívico na moral coletiva da sociedade organizada.
- d) a transformação das normas morais em leis coercitivas sobre todos.
- e) a superioridade das normas morais religiosas em relação às normas civis laicas.

3. Em *A distinção entre homem moral e moralizador tem alguns corolários relevantes* (1º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para as relações de sentido estabelecidas no contexto, por:

- a) problemas.
- b) conselhos.
- c) obstáculos.
- d) resultados.
- e) princípios.

4. Em *“Primeiro, o moralizador é um homem moral falido: se soubesse respeitar o padrão moral que ele se impõe, ele não precisaria punir suas imperfeições nos outros”*, o futuro do pretérito, no contexto apresentado, foi usado para referir a:

- a) situação hipotética associada a uma condição que, se não cumprida, pode impedir sua realização.
- b) um fato passado, anterior a outro fato também ocorrido no passado.
- c) um fato futuro em relação ao momento presente.
- d) uma situação hipotética que não se realizará no futuro.
- e) um fato concluído num passado impreciso.

5. Há manifesta oposição de sentido entre as expressões

- a) *respeitar o padrão moral // não precisaria punir suas imperfeições nos outros* (1º parágrafo)
- b) *um espírito missionário // imposição forçada de um padrão moral* (1º parágrafo)
- c) *imposição forçada de um padrão moral // ato de um moralizador* (1º parágrafo)
- d) *pior barbárie // todos pagam pelos pecados de hipócritas* (2º parágrafo)
- e) *ganham força de lei // pela brutalidade do controle* (2º parágrafo)

6. Considerando o período em que ocorre no texto, o termo “que” é utilizado como conjunção em:

- a) *que ele se impõe*
- b) *que um homem moral tenha um espírito missionário*
- c) *que as normas morais ganham força de lei*
- d) *que tentam remir suas próprias falhas morais*
- e) *que todos pagam pelos pecados de hipócritas*

7. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:

- a) Habitam nos recônditos da memória a lembrança esquecida como um eco distante.
- b) Não se tratam de questões de gosto pessoal, mas de fatos comprovados cientificamente.
- c) Há quem pense que cabem só aos governos a responsabilidade de resolver os problemas da sociedade.
- d) Havia alguns meses que a discussão do projeto estava tensa e não avançava.
- e) Às necessidades dos clientes não correspondia a seleção de produtos ofertados pela empresa.

TEXTO 02

Nada em excesso. — A inscrição no templo de Apolo em Delfos, centro religioso e geográfico do mundo grego, abriga uma peculiar instabilidade lógica. Submeta o “nada em excesso” à sua própria imagem no espelho: a injunção moduladora do princípio da moderação também se aplica reflexivamente a si mesma? É possível exceder-se e ir longe demais no intento de nunca ir demasiado longe; de nunca ultrapassar a certa e sóbria medida? É possível, enfim, pecar por excesso de moderação? Ao mirar-se no espelho, a força moduladora do preceito delfico se vê compelida a baixar o tom e moderar a si mesma: nada em excesso, inclusive na moderação. — Mas isso não é tudo. Ao argumento lógico podemos acrescentar um complemento ético. Como saber até onde ir? Como descobrir a justa medida? Se nunca testarmos os limites, jamais teremos condições de determiná-los, visto que só aqueles que ousam e se arriscam a ir longe demais são capazes de chegar a saber quão longe se pode e, sobretudo, se deve ir. “A estrada dos excessos”, reza um dos provérbios do inferno de William Blake, “leva ao palácio da sabedoria.” A subversão dionisíaca, quem diria, pulsa no âmago da razão apolínea.

(Fonte: GIANNETTI, Eduardo. *Trópicos utópicos*: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Adaptado)

8. Ao perguntar *É possível, enfim, pecar por excesso de moderação?*, o autor do texto

- a) enfatiza a importância de buscar o equilíbrio, abstendo-se de extremismos.
- b) defende a ruptura com o princípio da moderação presente na razão apolínea.
- c) consolida uma postura neutra, longe tanto da moderação quanto do excesso.
- d) contesta a perspectiva apolínea ao exaltar a subversão dionisíaca.
- e) expõe a possível contradição do princípio da moderação como regra absoluta.

9. A expressão “quem diria”, no contexto dado,

- a) reforça o tom mais formal da linguagem presente em todo o texto.
- b) enfatiza uma informação óbvia sobre a relação entre o excesso e a moderação.
- c) expressa uma reação de surpresa com a subversão dionisíaca no centro da razão apolínea.
- d) denota a impossibilidade de conciliação entre as esferas da moderação e do excesso.
- e) emprega ironia para criticar a inflexibilidade dogmática da suposta subversão dionisíaca.

10. A inscrição no templo de Apolo em Delfos, centro religioso e geográfico do mundo grego, abriga uma peculiar instabilidade lógica.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante deverá ser:

- a) está abrigado.
- b) abrigam-se.
- c) é abrigada.
- d) era abrigada.
- e) esteve abrigado.

11. Em *É possível, enfim, pecar por excesso de moderação*, a expressão sublinhada exerce a mesma função sintática da expressão sublinhada em:

- a) *Se nunca testarmos os limites*
- b) *Submeta o “nada em excesso” à sua própria imagem no espelho*
- c) *Ao argumento lógico podemos acrescentar um complemento ético*
- d) *pulsa no âmaço da razão apolínea*
- e) *Mas isso não é tudo.*

12. “visto que só aqueles que ousam e se arriscam a ir longe demais são capazes de chegar a saber quão longe se pode e, sobretudo, se deve ir”

No contexto em que se encontra, o elemento sublinhado expressa ideia de:

- a) temporalidade.
- b) causa.
- c) comparação.
- d) condição.
- e) concessão.

13. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) Ah, quem diria, que os melhores momentos da vida são gratuitos.
- b) Encontram-se, muitas vezes, nestas velhas páginas, ecos do passado.
- c) Há anos raiou no céu azul desta pátria brasileira, uma nova estrela.
- d) Ficamos ali parados, pensando profundamente, em todas as possibilidades.
- e) Talvez seja difícil no começo, mas acredito, que vamos superar os desafios.

14. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) Os funcionários em greve estavam ávidos por reajuste salarial.
- b) A letra da música contém várias alusões para com obras literárias clássicas.
- c) A maioria de nós sabe como é sentir desejo com um mundo melhor.
- d) Pesquisa mostra que dois terços dos brasileiros têm orgulho no país.
- e) A validade do acordo dependia do consentimento para ambas as partes envolvidas.

MATEMÁTICA FINANCEIRA*Eduardo Mocellin*

15. O banco Agi&Ota S.A. ofereceu para um cliente um empréstimo a uma taxa de juros de 5% ao mês, em regime de juros compostos. O número de meses para que o banco multiplique por 11,48 o capital oferecido ao cliente é:

Dados:

$$10^{1,06} \cong 11,48$$

$$(1,05)^n \cong \frac{53}{2500}$$

- a) 49
- b) 50
- c) 52
- d) 53
- e) 55

16. Um cliente do banco Agi&Ota S.A. financiou um carro em 10 parcelas mensais de R\$ 4.000,00, com a primeira parcela vencendo um mês após a data da compra. A taxa de juros acordada com o banco foi de 2% ao mês, utilizando o regime de capitalização composta. Após o pagamento da oitava parcela, o cliente decide quitar antecipadamente o saldo restante do financiamento nessa mesma data. Desconsiderando os centavos, o valor que ele deverá pagar, em reais, é:

- a) 7.692,00
- b) 7.766,00
- c) 7.680,00
- d) 7.760,00
- e) 7.690,00

17. Um Auditor Fiscal da SEFAZ-PI necessita calcular os juros relativos a uma multa aplicada a um contribuinte. Sabe-se que a taxa de juros nominal a ser cobrada é de 6% ao ano, com capitalização

mensal. Considerando-se essa situação hipotética, taxa de juros anual efetiva que deve ser aplicada na multa é, aproximadamente:

Observação: se necessário, utilize a aproximação $(1 + i)^n \cong 1 + ni + \frac{n(n-1)}{2} i^2$.

- a) 5,96%
- b) 6,00%
- c) 6,17%
- d) 6,24%
- e) 6,35%

18. Uma empresa de tecnologia adquiriu um conjunto de servidores no valor de R\$ 2.000.000, pagos por meio de financiamento direto com o fornecedor, sem entrada e sem período de carência. O pagamento foi estruturado pelo sistema de amortização constante (SAC), dividido em 20 parcelas semestrais consecutivas.

Nessa situação, considerando que a taxa de juros do financiamento foi de 1,5% ao semestre, o valor da quinta parcela, em reais, foi de

- a) 124.000.
- b) 130.000.
- c) 100.000.
- d) 116.500.
- e) 122.500.

19. Considerando-se a taxa de juros mensal i no regime de capitalização composto, a taxa instantânea mensal equivalente no regime de capitalização contínuo é:

- a) $\ln \ln (1 + i)$
- b) $\ln \ln (1 - i)$
- c) e^{-i}
- d) $e^i + 1$
- e) $e^i - 1$

20. Após um ano, uma aplicação, à taxa de juros compostos de 1% ao mês, resultou em um montante de R\$ 33.804,00. Considerando a incidência de imposto sobre o rendimento de 25% e considerando uma taxa de inflação de 5% para o ano, a taxa de juros real durante o período foi de, aproximadamente:

Dado: $(1,01)^{12} = 1,1268$

- a) 4,29%
- b) 4,51%
- c) 5,16%
- d) 7,31%
- e) 7,68%

21. Descontado 2 meses antes de seu vencimento, um título apresentou um desconto no valor de R\$ 2.250,00. Se a operação realizada foi a do desconto racional simples, a uma taxa de desconto de 30% ao ano, o valor nominal deste título é de

- a) R\$ 42.000,00.
- b) R\$ 43.710,00.
- c) R\$ 45.370,00.
- d) R\$ 46.200,00.
- e) R\$ 47.250,00.

22. Para resolver o problema, utilize, se necessário, a tabela de fator de valor atual a seguir.

n	1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	5,00%
1	0,9901	0,9804	0,9709	0,9615	0,9524
2	1,9704	1,9416	1,9135	1,8861	1,8594
3	2,9410	2,8839	2,8286	2,7751	2,7232
4	3,9020	3,8077	3,7171	3,6299	3,5460
5	4,8534	4,7135	4,5797	4,4518	4,3295
6	5,7955	5,6014	5,4172	5,2421	5,0757
7	6,7282	6,4720	6,2303	6,0021	5,7864
8	7,6517	7,3255	7,0197	6,7327	6,4632
9	8,5660	8,1622	7,7861	7,4353	7,1078
10	9,4713	8,9826	8,5302	8,1109	7,7217
11	10,3676	9,7868	9,2526	8,7605	8,3064
12	11,2551	10,5753	9,9540	9,3851	8,8633

Um indivíduo comprou um fogão em 10 prestações mensais sucessivas no valor de R\$ 150,00 cada, com a primeira prestação a ser paga no ato.

Sabendo-se que a taxa de juros é de 3% ao mês, o valor presente do fogão é

- a) R\$ 1.279,53
- b) R\$ 1.290,73
- c) R\$ 1.317,92
- d) R\$ 1.334,12
- e) R\$ 1.362,56

23. Um empréstimo de R\$ 40.000,00 será pago em 5 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 8.734,00, com juros compostos de 3% ao mês, conforme o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price). Após o pagamento da primeira parcela, o saldo devedor aproximado, expresso como percentual do valor total do empréstimo, será:

- a) 77%
- b) 78%
- c) 79%
- d) 80%
- e) 81%

24. Um agricultor está avaliando a compra de um novo sistema de irrigação que custa R\$ 10.000,00. Esse sistema promete aumentar a produção de forma que o agricultor possa obter dois retornos semestrais de R\$ 6.000,00 cada.

Considerando que a taxa de juros de mercado para investimentos similares é de 10% ao semestre e utilizando a aproximação $\sqrt{69} \cong 8,3$, a taxa interna de retorno (TIR) desse investimento será de:

- a) 11%
- b) 11,3%
- c) 12%
- d) 13%
- e) 13,2%

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

25. Um coach do Estratégia Concursos elaborou 10 questões diferentes para um simulado, das quais 2 são fáceis, 5 são de dificuldade média, e 3 são difíceis. Em um primeiro momento, o coach está na fase de montagem do simulado. O objetivo da montagem da provado simulado é a ordem segundo a qual as 10 questões serão organizadas para os alunos. O coach estabeleceu o seguinte critério de distribuição das dificuldades das questões, para ser seguido na montagem da prova:

Questão	Dificuldade
1	Fácil
2	Fácil
3	Média
4	Média
5	Média
6	Média
7	Média
8	Difícil
9	Difícil
10	Difícil

De quantas formas diferentes o simulado pode ser montado pelo coach segundo os critérios acima?

- a) 2880
- b) 288
- c) 1440
- d) 720
- e) 360

26. Na empresa NOSFERATU, uma das atribuições da supervisora de vendas é o oferecimento do produto Stradivarius aos seus clientes. A probabilidade de a supervisora efetuar a venda do produto Stradivarius em cada reunião com um cliente é 0,40. Em 20% dos dias de trabalho, essa supervisora não se reúne com nenhum cliente; em 30% dos dias de trabalho, ela se reúne com apenas 1 cliente; e em 50% dos dias de trabalho, ela se reúne, separadamente, com exatos 2 clientes.

Em um determinado dia de trabalho, a probabilidade de essa supervisora efetuar pelo menos uma venda presencial do produto Stradivarius é

- a) 36%
- b) 44%
- c) 25%
- d) 56%
- e) 64%

27. Suponha que o número de divórcios em uma grande cidade, seja uma variável aleatória X com distribuição de Poisson com média de λ divórcios. Sabe-se que a probabilidade de ocorrerem, mensalmente, 3 divórcios é igual a probabilidade de ocorrerem 4 divórcios.

Nessas condições, a probabilidade de, em um determinado mês, ocorrer pelo menos 2 divórcios é igual a:

Dados: $e^{-2} = 0,135$; $e^{-4} = 0,018$.

- a) 83%
- b) 85%
- c) 87%
- d) 89%
- e) 91%

28. A probabilidade de Jurema ir fazer a prova do SEFAZ PI é de 0,6 e a probabilidade de Moriarty ir fazer a prova do SEFAZ PI é de 0,5. A probabilidade condicional de Jurema ir fazer a prova do SEFAZ PI dado que Moriarty fará a prova do SEFAZ PI é de 0,7. Assim a probabilidade de que Jurema vá fazer a prova do SEFAZ PI OU Moriarty vá fazer a prova do SEFAZ PI é de:

- a) 55%
- b) 64%
- c) 69%
- d) 72%
- e) 75%

29. Os salários dos servidores de determinado órgão público apresentam uma distribuição normal com média R\$ 2.000,00 e variância igual a 62.500 (R\$)². Considere os valores das probabilidades $P(0 \leq Z \leq z)$ para a distribuição normal padrão:

z	0,25	0,52	0,84	1,28
$P(0 \leq Z \leq z)$	0,10	0,20	0,30	0,40

A porcentagem dos servidores que ganham salários inferiores a R\$ 1.790,00 ou salários superiores a R\$ 2.320,00 é igual a

- a) 10%
- b) 20%
- c) 30%
- d) 40%
- e) 50%

30. Um estudo com uma amostra aleatória de tamanho 400 revelou que 64% dos cariocas acreditam que morar em uma cidade litorânea aumenta o tempo de vida de um ser humano. O intervalo de 95% de confiança para a proporção de cariocas que acreditam que morar em uma cidade litorânea aumenta o tempo de vida de um ser humano é:

- a) $64\% \pm 2,7\%$

- b) $64\% \pm 3,6\%$
- c) $64\% \pm 4,2\%$
- d) $64\% \pm 4,7\%$
- e) $64\% \pm 5,4\%$

31. Seis moças, dentre as quais está Eva, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja.

Nesta fila, Carla está à frente de Dani, que se encontra imediatamente atrás de Bia. Fátima não é o primeiro da fila, mas está mais próximo do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ana será atendida antes do que Carla e que Carla não é a quarta da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila é:

- a) certamente é Bia.
- b) certamente é Dani.
- c) certamente é Eva.
- d) pode ser Bia ou Dani.
- e) pode ser Bia ou Eva.

32. Cinco moças foram acusadas de comer escondido o pedaço de bolo de chocolate de Joana. Ao entrar na sala, irritada, Joana as questiona:

- “Eu não fui”, responde Karen.
- “Foi a Emília”, garantiu Mônica.
- “Foi a Ju”, disse Emília.
- “A Mônica está mentindo”, retrucou Ju.
- “A Karen está falando a verdade”, disse Renata.

Sabendo-se que apenas uma das moças mentiu e somente uma delas o pedaço de bolo de Joana, quem comeu o bolo?

- a) Karen.
- b) Emília.
- c) Mônica.
- d) Ju.
- e) Renata.

33. A pedagoga de um colégio quis saber a preferência de seus alunos sobre três disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa e Filosofia. Para isso, elaborou uma ficha em que cada aluno marcaria com um X quais disciplinas eram de sua preferência, podendo marcar quantas disciplinas quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 alunos marcaram as três disciplinas, 50 marcaram as disciplinas Matemática e Língua Portuguesa, 48 marcaram Língua Portuguesa e Filosofia, 52 marcaram Matemática e Filosofia, 80 marcaram Filosofia, 78 marcaram Matemática e 82 marcaram Língua Portuguesa. Se todos os alunos marcaram pelo menos uma disciplina e preencheram somente uma ficha cada, então o total de alunos consultados foi:

- a) 417
- b) 390
- c) 117
- d) 286
- e) 142

34. Bia, Eva, Ju e Norma têm idades de 10 a 12 anos, e sabem as idades umas das outras. Em uma brincadeira de crianças, as meninas que tinham idade ímpar deveriam sempre falar a verdade e as meninas que tinham idade par deveriam sempre mentir. Suponha que há pelo menos uma menina com a idade ímpar e pelo menos uma menina com a idade par. Nessa brincadeira elas tiveram as seguintes falas:

Bia: Eu tenho 10 anos.

Eva: Nenhuma de nós tem 11 anos.

Ju: A soma das idades de Eva e Norma é igual a 21 anos.

Norma: A soma da minha idade com a idade de Ju é igual a 22 anos.

Bia: Eva tem 11 anos.

A soma das idades, em anos, das quatro meninas é igual a:

- a) 43.

- b) 42.
- c) 41.
- d) 44.
- e) 45.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

35. Pode-se afirmar que as propostas de emenda à Constituição devem ser aprovadas:

- a) em dois turnos de discussão e votação em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto favorável de 3/5 dos respectivos membros
- b) em três turnos de discussão e votação em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto favorável de 3/5 dos respectivos membros
- c) em dois turnos de discussão e votação em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto favorável de 2/3 dos respectivos membros
- d) em um turno de discussão e votação em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto favorável de 3/5 dos respectivos membros
- e) em dois turnos de discussão e votação em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto favorável da maioria absoluta dos respectivos membros

36. A respeito do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, pode-se afirmar que, EXCETO:

- a) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.
- c) No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.
- d) O Presidente da Câmara dos Deputados pode propor ação direta de inconstitucionalidade
- e) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

37. A respeito do Sistema Tributário e da Ordem Econômica, pode-se afirmar corretamente que:

- a) é vedado aos entes federativos instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros
- b) é vedado aos entes federativos instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, excetuadas suas organizações assistenciais e beneficentes
- c) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado

d) É vedada a concessão de tratamento beneficiado às empresas de pequeno porte

e) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até trinta anos

38. Maria, Presidente da República, foi acusada de cometer crime de responsabilidade, atentando contra a separação de poderes, por ter editado um decreto presidencial extinguindo cargos públicos vagos. Alguns setores defendiam que, não podendo o Presidente da República editar decretos autônomos, que não tenham por finalidade regulamentar uma lei, o ato presidencial era inconstitucional e, portanto, merecedor de reprovação.

À luz dessa situação hipotética, e com base na Constituição Federal, julgue os itens a seguir:

- I – Maria poderia ter validamente editado decreto extinguindo cargos públicos vagos, o que não poderia ser feito se eles estivessem ocupados.
- II – Compete à Câmara dos Deputados processar e julgar Maria pelo crime de responsabilidade.
- III – Em eventual julgamento de Maria, funcionará como Presidente da sessão o do Supremo Tribunal Federal.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns), apenas:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) I e II

39. Aprovar a escolha dos três Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República é atribuição do(a):

- a) Congresso Nacional
- b) Senado Federal
- c) Câmara dos Deputados
- d) Conselho da República
- e) Conselho de Defesa Nacional

40. O regime jurídico dos magistrados:

- a) deve ser tratado em lei complementar de cada ente federativo
- b) deve ser apresentado por iniciativa do STF
- c) é matéria de lei ordinária de abrangência nacional
- d) deve ser apresentado por iniciativa do CNJ
- e) é matéria de lei ordinária de iniciativa do STF

41. A respeito das competências do Judiciário, pode-se afirmar que o julgamento de ação possessória envolvendo greve de empregados celetistas cabe:

- a) à Justiça Federal comum
- b) à Justiça comum estadual
- c) à Justiça do Trabalho
- d) à Justiça Militar da União
- e) à Justiça Eleitoral

42. É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a:

- a) direito do trabalho
- b) direito civil
- c) carreiras dos servidores do Executivo federal
- d) carreiras do Judiciário
- e) matéria de lei ordinária.

43. Compete originariamente ao STF processar e julgar, exceto:

- a) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça

b) o pedido de extradição solicitada por estado estrangeiro

c) as reclamações por descumprimento de súmula vinculante

d) as ações diretas de inconstitucionalidade

e) o crime político

44. Joabson é juiz federal; Sinforosa é juíza auditora militar; Michaelsson é Ministro do STF. De acordo com o que dispõe a CF acerca do Conselho Nacional de Justiça:

- a) Michaelsson é membro do CNJ, mas não poderá presidi-lo
- b) Sinforosa não pode integrar o CNJ
- c) Joabson não pode integrar o CNJ
- d) Nenhum dos três pode integrar o CNJ
- e) Joabson pode integrar o CNJ, na vaga indicada pelo STF

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

45. Assinale abaixo uma característica do regime próprio de previdência social (RPPS):

- a) regime que alcança todos os ocupantes de cargos públicos.
- b) regime que alcança agentes públicos ocupantes de mandatos eletivos.
- c) vedação à adoção de requisitos diferenciados para concessão de benefícios, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal, a exemplo dos servidores com deficiência.
- d) sujeição a registro pelo tribunal de justiça dos atos de concessão de aposentadoria.
- e) impossibilidade de o regime alcançar agentes públicos exercentes de função de confiança.

46. Sobre a teoria dos atos administrativos, identifique a alternativa que melhor descreve o processo de invalidação de um ato administrativo viciado:

- a) Os atos administrativos viciados são automaticamente nulos e não produzem efeitos.
- b) A administração pública tem discricionariedade ampla para validar atos nulos.
- c) A convalidação dos atos administrativos é possível quando não resultar em prejuízo a terceiros ou lesão ao interesse público, constituindo-se ato discricionário que pode recair sobre ato viciado discricionário ou vinculado.
- d) Ato administrativo válido pode ser anulado a qualquer tempo sem considerar o prazo prescricional.
- e) A revisão da legalidade dos atos administrativos deve ser feita exclusivamente pelo poder judiciário.

47. Em relação aos poderes administrativos, diferencie os limites do poder discricionário em comparação ao vinculado:

- a) O poder discricionário é ilimitado, desprovido de controle judicial.
- b) A discricionariedade permite ao administrador desvincular-se totalmente da lei.
- c) O poder vinculado admite exceções fundamentadas pelo princípio da eficiência.
- d) O controle judicial pode incidir sobre ato discricionário nos casos de desvio de finalidade.
- e) A discricionariedade só está presente na aplicação do poder de polícia.

48. No que se refere aos agentes públicos, assinale a alternativa correta à luz das regras constitucionais:

- a) é permitida a acumulação de dois cargos de natureza técnica ou científica.
- b) a proibição de acumular cargos abrange toda a administração indireta, com exceção das empresas estatais exploradoras de atividade econômica.
- c) em exceção ao princípio da vedação à acumulação remunerada de cargos, membros do Ministério Público estão autorizados a exercerem uma função de magistério, ainda que em disponibilidade.
- d) é vedado ao servidor público o direito à livre associação sindical.
- e) são vitalícios após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

49. Na nova Lei de Licitações, a fase preparatória tem várias etapas. Qual das alternativas abaixo descreve corretamente a atividade de planejamento obrigatória antes da contratação de bens e serviços?

- a) A elaboração de uma estimativa de preços é opcional.
- b) O estudo técnico preliminar é prescindível para contratação de serviços contínuos.
- c) A análise de riscos é obrigatória e deve ser incorporada ao processo licitatório, como regra geral.
- d) A aprovação pelo Conselho de Administração da entidade é uma exigência da fase inicial.
- e) O levantamento de recursos financeiros é irrelevante no planejamento inicial.

50. Sobre a gestão de contratos, assinale a alternativa que retrata corretamente as regras legais aplicáveis aos contratos administrativos da Lei n.º 14.133/2021.

- a) A fiscalização contratual é exclusiva do gestor de contratos e dispensa a participação de terceiros.
- b) Prevê a revisão obrigatória dos contratos a cada cinco anos.
- c) os elevados custos de gestão de contratos podem recomendar a compra junto a um mesmo fornecedor, deixando de se adotar o parcelamento de compras públicas.
- d) Dispensa a aplicação de sanções em contratos com fornecedores estrangeiros.
- e) A contratação de terceiros eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato.

51. Considerando o acordo de não persecução cível previsto na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, é correto afirmar que:

- a) Será celebrado pelo ente federativo lesado, com oitiva do Poder Judiciário.
- b) Dependerá de homologação judicial exclusivamente no caso de o acordo ocorrer depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- c) Considerará a repercussão social do ato de improbidade.
- d) Permitirá a redução em até 2/3 (dois terços) o valor do dano causado ao erário.
- e) Não poderá ser celebrado após a prolação da sentença condenatória ou no momento da execução da sentença condenatória, em virtude da desconstituição da presunção de inocência em favor do condenado operada pelo respectivo trânsito em julgado.

52. Quanto às censuras previstas pelo descumprimento de contratos pela Lei 14.133/2021, assinale a opção que descreve corretamente as sanções aplicáveis:

- a) Apenas multa financeira proporcional ao valor do contrato.
- b) Suspensão temporária de participar de licitação por até 5 anos.
- c) A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública será precedida de análise jurídica.
- d) Proibição de receber empréstimos do poder público pelo prazo de 1 a 5 anos.
- e) Requisição dos recursos do fornecedor para sanar a execução contratual.

53. Sobre o controle judicial da administração pública no âmbito do Estado do Piauí, assinale a característica correta:

- a) versa tanto sobre aspectos de legalidade como de mérito.
- b) pode resultar no desfazimento de atos discricionários.
- c) independe de provocação.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI).
- e) geralmente é realizado *ex ante*.

54. Nicodemos é servidor público estadual e, no exercício de suas funções, causou danos morais e materiais à cidadã Madalena. Nesta situação, é correto afirmar que

- a) a cidadã deverá acionar judicialmente Nicodemos para cobrar a indenização pelos danos sofridos, caso este tenha agido com dolo ou culpa.
- b) a cidadã poderá acionar judicialmente Nicodemos para cobrar a indenização pelos danos sofridos, ainda que este não tenha agido com dolo ou culpa.
- c) Nicodemos responde objetivamente, perante o Estado, pelos danos causados.
- d) a cidadã deverá cobrar a indenização pelos danos sofridos do Estado, que, posteriormente, poderá promover a ação de regresso em face de Nicodemos.
- e) o Estado não deve ser responsabilizado por condutas antijurídicas praticadas por seus agentes públicos no exercício das funções.

CONHECIMENTOS REGIONAIS

Alessandra Lopes

55. No contexto dos estudos arqueológicos no Brasil, o Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, constitui um dos maiores patrimônios de vestígios da presença humana pré-histórica no continente americano. Pinturas rupestres, instrumentos líticos e estruturas de habitação revelam uma complexidade cultural que antecede os 12 mil anos tradicionalmente atribuídos ao povoamento das Américas.

Com base nessa informação, assinale a alternativa correta:

- a) O sítio arqueológico de São Raimundo Nonato foi tombado como patrimônio natural, mas não possui reconhecimento internacional.
- b) As pinturas rupestres encontradas na região remetem exclusivamente a representações da fauna e flora.

c) A arqueóloga Niède Guidon considera que os vestígios da Serra da Capivara apontam para uma presença humana com mais de 50 mil anos.

d) A teoria do povoamento tardio, defendida por Guidon, é hoje majoritária na comunidade científica internacional.

e) O Parque Nacional Serra da Capivara é estudado exclusivamente por instituições estrangeiras, dada a ausência de centros brasileiros especializados.

56. Durante o período de colonização do território brasileiro, a região hoje correspondente ao estado do Piauí foi palco de disputas simbólicas, culturais e econômicas. Acerca do processo histórico de ocupação e formação político-social do Piauí, assinale a alternativa correta:

a) A região do atual Piauí foi atribuída à Espanha no Tratado de Tordesilhas, o que garantiu o domínio espanhol por quase um século, até a retomada portuguesa no século XVII.

b) No início do século XIX, o Piauí já possuía status de província do Império, com autonomia em relação ao Maranhão e participação ativa na Confederação do Equador.

c) Estudos históricos e arqueológicos indicam que, antes da colonização, a área era habitada por dezenas de grupos indígenas, estimando-se mais de 100 etnias distintas no território piauiense.

d) A independência do Brasil foi imediatamente aceita por todas as elites locais no Piauí, sem resistências significativas, o que tornou a adesão pacífica e sem confrontos armados.

e) A Balaiada foi uma revolta de caráter nativista e militar liderada por elites piauienses que buscavam maior autonomia administrativa em relação ao governo central da Corte.

57. Durante o período colonial, a ocupação do território que hoje corresponde ao estado do Piauí não se deu por meio da mineração ou da constituição de núcleos urbanos planejados, mas sim pela interiorização de atividades ligadas à pecuária, especialmente com a instalação de fazendas de gado às margens de cursos d'água. A estrutura fundiária e a dinâmica social dessa ocupação revelam o protagonismo de figuras como os vaqueiros e os trabalhadores indígenas e africanos escravizados.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta:

- a) O vaqueiro, apesar de presente, ocupava posição marginal no processo de ocupação do sertão, pois a administração das terras era concentrada exclusivamente nas mãos dos grandes proprietários.
- b) O povoamento do Piauí se estruturou em torno das atividades mineradoras desenvolvidas no século XVII, o que explica a concentração demográfica nos planaltos centrais.
- c) Os indígenas e africanos escravizados não tiveram participação significativa na organização das fazendas, pois estas eram mantidas por trabalho exclusivamente familiar e livre.
- d) A ocupação do território piauiense ocorreu majoritariamente a partir da construção de núcleos urbanos planejados pelo poder colonial, com posterior expansão da pecuária.
- e) A presença de rios, riachos e olhos d'água foi fator determinante para a instalação das fazendas de gado, que se tornaram núcleos de ocupação e articulação social no sertão piauiense.

58. Durante o processo de independência do Brasil, a província do Piauí teve papel estratégico e foi alvo direto da resistência portuguesa. A região, especialmente Oeiras, era considerada uma extensão dos interesses lusitanos, o que fez com que tropas militares fossem enviadas ao território, gerando tensões e confrontos com lideranças locais. Sobre esse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A cidade de Oeiras, leal à causa brasileira, foi a primeira a reconhecer formalmente a autoridade de D. Pedro I, motivando as demais localidades do norte do Brasil a aderirem à independência.
- b) João José da Cunha Fidié, enviado como Governador das Armas do Piauí, liderou um movimento de independência a partir da capital, Oeiras, com apoio das elites locais.
- c) A adesão à independência no Piauí ocorreu de forma simultânea em todo o território da província, sem grandes enfrentamentos ou resistências de setores portugueses.
- d) A Câmara de Parnaíba foi a primeira instituição piauienses a reconhecer publicamente a independência do Brasil, em outubro de 1822, em ato liderado por Simplício Dias da Silva e outras figuras locais.
- e) O militar português Fidié, derrotado na Batalha do Jenipapo, passou a comandar a resistência contra os franceses em Portugal, após regressar da província do Piauí.

59. Durante o período da Primeira República, o Piauí passou por importantes mudanças econômicas e sociais que influenciaram diretamente a vida urbana em cidades como Teresina. Essas mudanças foram marcadas por reconfigurações na base produtiva do estado e pelo fortalecimento de atividades voltadas à exportação de produtos naturais. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) O ciclo da borracha amazônica gerou, no Piauí, incentivos públicos à criação de portos de escoamento fluvial, o que fez de Teresina o principal entreposto regional da borracha exportada para a Europa.
- b) A valorização de produtos como a cera de carnaúba e o babaçu impulsionou o extrativismo vegetal, atividade que contribuiu para a formação de uma elite comercial urbana em cidades como Teresina, Parnaíba e Floriano.
- c) A economia piauiense se industrializou rapidamente no início do século XX, com base em investimentos federais e subsídios do governo estadual voltados à produção têxtil e siderúrgica.
- d) O incentivo à agricultura de subsistência tornou-se prioridade do governo republicano no Piauí, o que levou à queda da importância do extrativismo vegetal na economia local.
- e) A economia do Piauí, nesse período, manteve-se praticamente inalterada em relação ao modelo colonial, baseada exclusivamente na pecuária extensiva e no uso de mão de obra servil.

60. A Coluna Prestes, expressão do movimento tenentista nos anos 1920, percorreu vastas áreas do território brasileiro, levando consigo ideais de crítica à ordem oligárquica e ao federalismo excludente da Primeira República. A passagem da Coluna pelo Piauí integra esse contexto e revela aspectos importantes das tensões políticas locais e regionais

Com base nesse episódio histórico, assinale a alternativa correta:

- a) A passagem da Coluna Prestes pelo Piauí resultou em confrontos diretos com tropas estaduais e na prisão de Luís Carlos Prestes, encerrando precocemente o movimento no estado.
- b) Durante sua trajetória no Piauí, a Coluna Prestes concentrou suas ações nas áreas urbanas, buscando o apoio de setores industriais e operários organizados.
- c) A atuação da Coluna no Piauí se deu de forma rápida, mas teve repercussão simbólica ao propagar ideias de renovação política e contestação à hegemonia das oligarquias locais.
- d) A chegada da Coluna ao Piauí provocou adesão massiva da população, que imediatamente se alistou nas fileiras tenentistas, gerando o colapso da autoridade estadual.
- e) O Piauí foi completamente ignorado pela Coluna Prestes, por estar sob o domínio direto do governo central, o que desestimulou qualquer tipo de incursão revolucionária.

61. Com o anúncio de projetos como Piauí Tech, Piauí Agro e Piauí Verde, o estado sinaliza novos caminhos para seu crescimento socioeconômico. A proposta envolve inovação tecnológica, valorização do agronegócio e sustentabilidade ambiental, integrando as vocações produtivas das diferentes regiões piauienses.

Com base nas potencialidades econômicas do território piauiense e suas características produtivas, assinale a alternativa correta:

- a) A produção de melancia tem ganhado destaque em áreas irrigadas de assentamentos rurais no semiárido de São João do Piauí, como alternativa de fruticultura adaptada à seca.
- b) O município de Bom Jesus lidera a produção estadual de sorgo, tendo ultrapassado a soja em volume e valor de mercado desde 2021.
- c) A produção extrativista do babaçu é voltada especialmente ao óleo vegetal e ocorre prioritariamente na região conhecida como Território Entre Rios, com grande impacto exportador.
- d) Em Pedro II, a principal atividade extrativista é a mineração de ágata, favorecida pelo clima tropical de altitude e pelas baixas temperaturas médias anuais.
- e) O rebanho bovino representa o maior número de animais no Piauí, seguido por ovinos, suínos e galináceos, nessa ordem, com predominância das áreas de cerrado no sul do estado.

62. O Piauí vem se consolidando como uma das principais referências em energia renovável do Brasil, liderando projetos de geração limpa, tanto em áreas de cerrado quanto no semiárido. Essa expansão tem impacto direto na economia regional, no uso do solo e nas políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Considerando o cenário energético do estado, assinale a alternativa correta:

- a) O Piauí optou por priorizar a geração hidrelétrica no rio Parnaíba, com o objetivo de consolidar sua matriz elétrica a partir de uma única fonte de energia de base hídrica.
- b) A geração de energia solar no Piauí é concentrada na faixa litorânea do estado, devido à maior incidência de radiação solar nessa região.
- c) A dependência do Piauí de combustíveis fósseis para geração de energia elétrica tem aumentado, levando à construção de novas usinas termelétricas a gás natural e carvão.
- d) O crescimento dos parques eólicos e solares tem ampliado a atração de investimentos privados no Piauí, especialmente em municípios do semiárido com infraestrutura logística e disponibilidade de terras.
- e) Apesar da expansão recente, o Piauí ainda não se insere no ranking dos estados com maior produção de energia renovável, devido à ausência de incentivos fiscais e climáticos.

63. O Piauí é um estado marcado por uma transição ecológica que inclui áreas de Caatinga, Cerrado e Mata dos Cocais, além de porções do semiárido e do vale úmido do rio Parnaíba. Com a institucionalização dos Territórios de Desenvolvimento e a ampliação de projetos como o Piauí Verde, políticas públicas passaram a priorizar a conservação ambiental aliada ao uso sustentável dos recursos naturais.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta:

- a) O Território de Desenvolvimento da Planície Litorânea concentra os principais remanescentes do bioma Mata Atlântica e é onde se encontra o maior número de unidades de conservação estaduais do Piauí.
- b) A Caatinga cobre a maior parte do território piauiense, sendo considerada uma das formações mais biodiversas do país, embora por muito tempo tenha sido erroneamente classificada como bioma pobre em vida.
- c) O bioma Cerrado está restrito à região sul do estado, especialmente na divisa com Maranhão, sem influência significativa nas dinâmicas agrícolas e nos programas ambientais estaduais.
- d) A Mata dos Cocais, caracterizada por densas florestas úmidas de igarapés, ocupa a região do semiárido piauiense e é protegida por legislação específica como Patrimônio Natural da Humanidade.
- e) As políticas do Piauí Verde têm incentivado o avanço da monocultura de soja em áreas de floresta densa, como estratégia de crescimento rápido e expansão econômica nos Territórios do Entre Rios e Carnaubais.

64. O relevo do estado do Piauí é resultado de processos geológicos antigos, predominando formas suaves, com depressões interplanálticas e chapadas. Essas feições influenciam diretamente as dinâmicas climáticas, a hidrografia e o uso do solo em diferentes regiões do estado.

Com base nessas características, assinale a alternativa correta:

- a) O Piauí apresenta extensas planícies aluviais associadas à bacia sedimentar do rio Parnaíba, sobretudo no centro-norte do estado, caracterizadas por baixas altitudes e relevos propícios à agricultura.
- b) A presença de serras de origem vulcânica define grande parte do relevo do Piauí, especialmente na região do cerrado, o que limita a ocupação humana e o desenvolvimento agrícola.
- c) As áreas de chapadas que cobrem o estado apresentam altitudes superiores a 2.000 metros, o que resulta em clima tropical de altitude e relevo montanhoso.
- d) O relevo do Piauí é dominado por campos de dunas móveis que se estendem do litoral até o sertão, definindo paisagens áridas e instáveis.
- e) A morfologia predominante do estado é de planícies costeiras, altamente urbanizadas e marcadas por áreas de manguezal e restingas.

65. A atividade extrativa mineral no Piauí apresenta potencialidades que contribuem tanto para o desenvolvimento regional quanto para a diversificação da economia estadual. Alguns minerais não metálicos têm destaque na pauta econômica, ao passo que outras reservas são exploradas de forma artesanal ou ainda subexploradas.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A opala, pedra preciosa conhecida por sua iridescência, é extraída principalmente no município de Pedro II, onde a atividade mineradora artesanal é reconhecida como patrimônio imaterial do estado.
- b) O Piauí é um dos maiores produtores de nióbio do Brasil, com exploração industrial concentrada no sul do estado e voltada à indústria aeroespacial.
- c) O município de Teresina concentra a maior produção de ametistas do estado, com destaque para sua exportação por via fluvial através do rio Parnaíba.
- d) A exploração de sal-gema, essencial à indústria química, é o principal produto mineral do Território de Desenvolvimento Vale do Canindé.
- e) A extração de minério de ferro na região do litoral piauiense constitui uma das principais fontes de receita mineral do estado, com grande impacto ambiental.

66. A mineração, apesar de não ser o setor predominante na economia piauiense, apresenta relevância estratégica em determinadas regiões do estado, destacando-se pela diversidade de minerais não metálicos com aplicação em diferentes cadeias produtivas. Entre os recursos mais explorados estão ametista, opala, calcário, argila e rochas ornamentais.

Com base nas características da indústria extrativa mineral no Piauí, assinale a alternativa correta:

- a) A cidade de Pedro II é conhecida nacionalmente pela extração de ametistas, que movimentam o setor de rochas ornamentais e abastecem a indústria de construção civil.
- b) A maior concentração de jazidas de opala ocorre no norte do estado, na divisa com o Maranhão, em áreas de planície litorânea e formação vulcânica recente.
- c) A presença de calcário em regiões como Campo Maior favorece a produção de cimento, integrando a cadeia da construção civil e gerando empregos locais.
- d) A extração de ouro em aluvião é o principal destaque da mineração no Território de Desenvolvimento dos Carnaubais, concentrando-se em garimpos legais e mecanizados.
- e) Os minerais metálicos, como ferro e manganês, compõem a base da indústria extrativa do Piauí, com produção destinada à exportação para países da América do Sul e Ásia.

67. O Cânion do rio Poti, situado entre os municípios de Castelo do Piauí e Buriti dos Montes, representa uma importante formação geomorfológica do estado. Sua paisagem é marcada por escarpas rochosas, vegetação de transição e um curso d'água encaixado em relevo dissecado. Apesar de sua relevância ambiental e turística, o local ainda carece de políticas públicas efetivas de preservação e uso sustentável.

Com base nessa realidade, assinale a alternativa correta:

- a) O Cânion do rio Poti é formado predominantemente por estruturas de origem vulcânica, responsáveis pela intensa atividade tectônica que modelou suas encostas.
- b) A região do cânion integra o bioma Amazônia, com predominância de floresta densa e clima equatorial úmido.
- c) Os cursos encaixados como o do rio Poti são típicos de áreas de planície aluvial, com baixa declividade e alta fertilidade de solos, o que favorece a agricultura intensiva.
- d) A principal atividade econômica da região é a exploração mineral de ferro e manganês, regulamentada por consórcios intermunicipais e licenciamentos federais.
- e) Apesar de seu valor ambiental e turístico, o Cânion do rio Poti não integra nenhuma unidade de conservação formalmente instituída, o que acarreta desafios à sua proteção.

68. O processo de desertificação afeta diversas regiões do semiárido brasileiro, com destaque para o Núcleo de Desertificação de Gilbués, localizado no sudoeste do Piauí. Trata-se de uma área considerada crítica em termos de degradação ambiental, sendo objeto de atenção por parte de pesquisadores e gestores públicos.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) O Núcleo de Gilbués está inserido em uma área de floresta tropical úmida, cuja intensa cobertura vegetal dificulta a expansão da desertificação.
- b) A degradação ambiental em Gilbués resulta da combinação entre fatores naturais, como a morfogênese intensa, e ações humanas predatórias, como o desmatamento e o garimpo.
- c) A região de Gilbués foi recentemente incorporada à zona costeira do Piauí, o que favoreceu políticas integradas de preservação do ecossistema marinho e fluvial.
- d) Os solos da região são altamente férteis e apresentam baixa suscetibilidade à erosão, sendo considerados adequados à agricultura de grande escala sem necessidade de manejo.
- e) O clima da região é equatorial úmido, com chuvas regulares e baixa amplitude térmica, o que impede o avanço do processo de desertificação.

69. Em 2024, o estado do Piauí registrou a segunda maior taxa de violência contra a mulher entre os nove estados monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança, com destaque para o crescimento de casos e a carência de dados qualitativos sobre as vítimas. O relatório “Elas Vivem: um caminho de luta” reforça a urgência da formulação de políticas públicas mais eficazes e da superação da invisibilidade de determinados grupos.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta:

- a) A elevada taxa de violência contra a mulher no Piauí é acompanhada de uma ampla base de dados sobre escolaridade, cor/etnia e perfil socioeconômico das vítimas, o que facilita a construção de políticas públicas direcionadas.
- b) A invisibilidade de dados sobre mulheres trans e a ausência de informações sobre motivação e características das vítimas demonstram a fragilidade institucional no enfrentamento à violência de gênero no Piauí.
- c) O relatório aponta que a maioria dos registros de violência ocorreu em municípios do interior do estado, o que evidencia a descentralização dos focos de violência e o fortalecimento da rede de proteção nas capitais.
- d) O crescimento nos índices de violência de gênero no estado entre 2023 e 2024 foi inferior à média nacional, o que mostra que o Piauí possui um dos contextos menos preocupantes da região Nordeste.
- e) A Rede de Observatórios da Segurança aponta que a principal causa da violência contra a mulher no Piauí é o tráfico de drogas e sua relação direta com conflitos armados urbanos.

70. “O Protege Celular foi lançado pelo governo do Piauí em 2023, na gestão do atual governador, Rafael Fonteles [...] A plataforma do Piauí inova ao permitir ao dono do telefone preservar a integridade do aparelho [...]. O governo estadual

investiu ainda na investigação dos casos por meio da Polícia Civil, e a combinação de ambos gerou adesão ao programa e redução dos crimes.”

(NEXO JORNAL, 13/08/2024)

Com base nas ações do governo do Piauí voltadas à redução dos crimes de furto e roubo de celular, assinale a alternativa correta:

- a) O programa Protege Celular é voltado exclusivamente à prevenção educativa nas escolas estaduais e não tem interface tecnológica para rastreamento ou recuperação de aparelhos.
- b) O programa do Piauí tornou-se referência para o governo federal ao integrar rastreamento por Imei, bloqueio remoto e investigação policial, resultando na queda de quase 40% nos crimes e aumento na devolução de aparelhos.
- c) A capital Teresina foi retirada da lista das cidades com maiores taxas de furto e roubo de celulares após a implementação do programa, ocupando atualmente o 20º lugar nacional.
- d) O aplicativo Protege Celular é operado exclusivamente por agentes da Polícia Civil e não permite cadastro voluntário de usuários comuns, o que limita sua aplicação.
- e) O Lupa Bot é o sistema que impede que celulares roubados sejam religados, bloqueando imediatamente o acesso à rede de dados e voz pelas operadoras, independentemente de registro no Protege Celular.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

71. O token de certificado digital, que se encaixa na porta USB dos computadores, na maioria dos casos, é um periférico de:

- a) Entrada e saída.
- b) Saída.
- c) Entrada
- d) Não é um periférico
- e) Flutuante

72. Quanto ao tempo de acesso, do maior para o menor, a sequência correta de memórias é:

- a) secundária, principal, cache, registradores
- b) cache, principal, secundária, registradores
- c) principal, secundária, cache, registradores
- d) registradores, principal, cache, secundária
- e) registradores, principal, secundária, cache

73. Considere uma planilha no Excel com os seguintes valores:

	A	B
1	10	10
2	30	20
3	20	30

Ao digitar na célula D3 o seguinte valor: `=MAIOR(A1:B3;2)`, o que irá aparecer na referida célula:

- a) 10
- b) 15.
- c) 20
- d) 05
- e) 30

74. Das letras abaixo, marque aquela que descreve o papel correta da AC-Raiz:

- a) É a responsável por emitir e validar os chamados "carimbos de tempo", que são exigidos em algumas certificações.
- b) É responsável pela regulamentação de todas as ACs a ela subordinadas.
- c) São as instituições (públicas ou privadas) responsáveis pela emissão, renovação e cancelamento de Certificados Digitais.
- d) Ela viabiliza a emissão de certificados digitais no país e define padrões.
- e) São responsáveis por realizar a conexão entre a Autoridade Certificadora e o cliente.

75. Na segurança da informação, temos princípios importantes que buscamos atingir. Um deles garante que só deverá ter acesso útil aos dados quem tem permissão. Esse é o princípio chamado de:

- a) Confidencialidade
- b) Autenticidade
- c) Não Repúdio
- d) Disponibilidade
- e) Integridade

76. Sobre Ingestão de Dados, analise as alternativas a seguir e marque a correta:

- a) A ingestão de dados Full incrementa apenas os novos registros gerados na base de origem
- b) Na ingestão de dados total (full) todos os dados da origem são extraídos e transformados, recarregando os dados antigos e incrementando os novos registros.
- c) A ingestão de dados full e incremental são similares e os termos podem ser usados como sinônimos.
- d) A ingestão de dados incremental carrega todos os dados da origem são extraídos e transformados. Recarregando os dados antigos e incrementando os novos registros.
- e) A ingestão de dados incremental tem um maior consumo de tempo, visto a carga ser feita sempre para todo o conjunto de dados.

77. Das letras abaixo, marque a que não representa uma característica básica de uma Banco de Dados Relacional

- a) Natureza de autodescrição
- b) Isolamento entre programas e dados, e abstração de dados
- c) Suporte a Múltiplas Visões de Dados
- d) Compartilhamento de Dados e Processamento de Transação
- e) Redundância dos dados

78. O elemento básico utilizado para identificar um registro único em uma tabela é:

- a) Índice.
- b) View.
- c) Chave estrangeira.
- d) Chave primária.
- e) Chave Composta.

79. A característica do Data Warehouse que permite que os dados fiquem disponíveis apenas para que os usuários realizem consultas e façam relatórios que auxiliem a tomada de decisão por parte dos gestores de uma organização, sendo somente leitura para os usuários finais de um banco de dados é:

- a) orientado por assunto
- b) integrado
- c) histórico
- d) analítico
- e) Não Volátil

80. Considere uma tabela TESTE com colunas A e B, que podem conter valores nulos. TESTE possui 350 registros e, em 50% das linhas, há pelo menos uma coluna preenchida com o valor NULL.

Considere a consulta a seguir:

```
SELECT * FROM TESTE t1
```

```
WHERE t1.A = NULL or t1.B = NULL
```

O número mínimo de linhas de resultados que seriam retornadas pela consulta é igual a

- a) 0.
- b) 35.
- c) 175.
- d) 200.
- e) 350.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

81. Considerando as novas disposições sobre o imposto que incide sobre bens e serviços (IBS), assinale a alternativa correta:

- a) O ente de destino da operação não participa da arrecadação, pois todo o montante devido pertence exclusivamente ao ente de origem.
- b) O tributo incidirá sempre sobre bens de uso pessoal do contribuinte, sem admitir exceções.
- c) O imposto terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ainda que cada ente possa definir sua própria alíquota.
- d) O imposto não se sujeita a não cumulatividade, sendo vedado qualquer o aproveitamento de créditos.
- e) Os Municípios não poderão participar da legislação do IBS.

82. No que concerne ao tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, após as modificações constitucionais promovidas pela Reforma Tributária, assinale a alternativa correta:

- a) É vedada a instituição de regime único de arrecadação que envolva impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.
- b) Pode ser estabelecido um regime unificado opcional, com recolhimento centralizado, desde que haja imediata distribuição dos recursos aos entes.
- c) O texto constitucional extinguiu a possibilidade de regimes especiais para micro e pequenas empresas, considerando a isonomia tributária.
- d) As alíquotas no regime unificado podem ser diferentes para cada Estado, sem qualquer limitação ou condição.
- e) O contribuinte que optar pelo regime único está obrigado, sem ressalvas, a unificar também o recolhimento dos do IBS e da CBS.

83. A respeito do regime de incidência única para combustíveis no imposto de competência compartilhada, assinale a alternativa correta:

- a) A alíquota será definida individualmente por cada Município, conforme suas necessidades, desde que não haja disparidade entre eles.
- b) É vedada qualquer forma de uniformização nacional, pois o princípio federativo veda alíquotas iguais em diferentes Estados.
- c) Nessas operações, o aproveitamento de crédito na distribuição é sempre irrestrito, não havendo limitação para os distribuidores.
- d) A cobrança única pode se dar na primeira etapa (refinaria ou importação), com alíquota uniforme em todo o país.
- e) O imposto integrará sua própria base de cálculo, garantindo maior arrecadação aos entes.

84. No tocante às novas regras sobre devolução de valores tributários a pessoas físicas de baixa renda, analise: (V) ou (F), e em seguida marque a opção adequada:

- () A devolução não será computada em bases de cálculo que sirvam a repartições constitucionais de receitas e cálculos de gastos mínimos em saúde e educação.
 - () É obrigatória a devolução para operações que envolvam fornecimento de gás liquefeito de petróleo ao consumidor de baixa renda, podendo a lei complementar determinar que essa devolução seja feita já no momento da cobrança.
 - () Tal devolução abrange o imposto incidente sobre propriedade predial urbana.
- a) V, F, F
 - b) F, V, V
 - c) V, V, F
 - d) F, V, F
 - e) V, F, V

85. Sobre a natureza do imposto, analise as seguintes assertivas:

- () O imposto tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relacionando-se a fatos do contribuinte.
 - () O imposto pode ter sua base de cálculo atrelada ao exercício regular de poder de polícia.
 - () Os impostos são tributos de arrecadação não vinculada.
- a) V, F, F
 - b) F, F, V
 - c) V, F, V
 - d) F, F, V
 - e) F, V, V

86. O servidor Helder, ao analisar as declarações de um contribuinte, identificou divergências no valor declarado para o cálculo de determinado imposto lançado por homologação, bem como do respectivo pagamento antecipado. Ao ser intimado, o contribuinte alegou tratar-se de mero erro de preenchimento, comprometendo a exatidão dos dados. Com base nos dados da fiscalização, Helder percebeu a omissão de informações que poderiam majorar a base de cálculo do tributo. Diante dessa situação, Helder deve:

- a) Homologar o valor declarado, pois é vedado alterar a declaração efetuada pelo contribuinte, exceto diante de fraude ou simulação.
- b) Providenciar o arbitramento sempre que houver qualquer divergência.
- c) Efetuar o lançamento de ofício com imposição de multa, pois a declaração é omissa quanto a elementos essenciais.
- d) Determinar a anistia automaticamente, por se tratar de erro, e não fraude.
- e) Efetuar o lançamento de ofício sem imposição de multa.

87. Acerca da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, analise as proposições abaixo (V ou F):

- () O parcelamento do crédito tributário suspende a exigibilidade, ainda que não haja depósito integral do valor devido.
 - () A concessão de liminar em Mandado de Segurança pode suspender a exigibilidade do crédito tributário.
 - () O depósito parcial do montante do tributo não suspende a exigibilidade.
- a) V, F, V
 - b) F, V, F
 - c) V, V, V
 - d) F, V, V
 - e) V, F, F

88. Considerando a disciplina das taxas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A taxa pode ter base de cálculo e fato gerador idênticos aos do imposto, desde que prevista em lei complementar.
- b) A taxa guarda relação com serviços públicos específicos ou divisíveis.
- c) A taxa pode ser calculada em função do capital das empresas, se isso for estabelecido em lei ordinária.
- d) A taxa pode ter como fato gerador o exercício regular do poder de polícia.
- e) A taxa não pode ser exigida quando o serviço público está à disposição do usuário, mas ele opta por não utilizá-lo.

89. Segundo o Código Tributário Nacional e a Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU):

- a) O fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel localizado fora da zona urbana do Município.
- b) A base de cálculo do IPTU é o valor fundiário do imóvel.
- c) Contribuinte do IPTU é apenas o proprietário do imóvel.
- d) O IPTU é de competência dos Estados.
- e) O IPTU não é devido em imóveis onde há instalação de igrejas para realização de cultos, mesmo na condição de locatárias dos imóveis.

90. O Auditor Fiscal Tributário Mariano, em 23/03/2025, ao analisar os sistemas do Município, identificou a ausência de lançamento de IPTU relativo ao fato gerador ocorrido em 01/01/2020. Diante disso, Mariano deve:

- a) Deixar de efetuar o lançamento, pois cinco anos após o fato gerador impossibilita definitivamente a constituição do crédito.
- b) Efetuar o lançamento do crédito tributário com multa.
- c) Efetuar o lançamento do crédito tributário sem multa.
- d) Exigir o pagamento imediato do imposto independentemente de observar qualquer prazo, pois o direito de constituir o crédito é imprescritível.
- e) Encerrar o procedimento fiscal sem lavrar auto de infração, por considerar presumida a decadência do crédito.

91. Sobre a exclusão do crédito tributário na modalidade de anistia, analise as seguintes afirmativas, assinalando (V) para verdadeiro e (F) para falso:

- I. () A anistia pode ser concedida em caráter geral ou limitadamente a determinados montantes de penalidade.
- II. () A anistia abrange, em qualquer hipótese, infrações cometidas com dolo, fraude ou simulação, desde que ocorridas antes de sua vigência.
- III. () A concessão de anistia não gera direito adquirido, podendo ser revista caso não sejam atendidas as condições fixadas em lei.

- a) V, V, F
b) V, F, V
c) F, V, V
d) F, F, V
e) V, F, F

92. Considerando as regras constitucionais aplicáveis ao imposto sobre a transmissão inter vivos (ITBI) e ao imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), assinale a alternativa correta:

- a) O ITBI incidirá sobre a transmissão de bens ou direitos quando incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- b) O ITBI é de competência dos Estados, desde que o bem esteja situado na área urbana.
- c) O ITR pode ser cobrado pelos Municípios que assim optarem, sem implicar redução ou renúncia fiscal.
- d) O ITR incide sobre pequenas glebas rurais exploradas pelo proprietário que não possua outro imóvel.
- e) O ITBI possui a mesma base de cálculo do IPTU, ambos incidentes simultaneamente na transmissão do bem.

93. Considerando as garantias e privilégios do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) O crédito tributário não pode ser garantido por bens gravados por cláusula de impenhorabilidade, em nenhuma hipótese.
- b) Todos os bens do sujeito passivo podem ser usados para garantir o crédito, exceto aqueles declarados absolutamente impenhoráveis por lei.
- c) O crédito tributário tem preferência sobre créditos trabalhistas.
- d) Na falência, os créditos com garantia real não possuem prioridade em relação ao crédito tributário.
- e) O crédito tributário prefere somente aos créditos civis, mas não aos de natureza empresarial ou contratual.

94. À luz da jurisprudência consolidada pelo STF, referente à criação de contribuição compulsória para custeio de assistência médica a servidores estaduais, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta (V ou F):

- () Os Estados possuem competência para instituir contribuição compulsória vinculada aos serviços de previdência de seus servidores.
- () A obrigatoriedade de contribuição para serviços médico-hospitalares não se encontra no escopo da competência tributária dos Estados.
- () A adesão facultativa a planos de saúde estaduais é admitida, mas o custeio por contribuição obrigatória já foi declarado inconstitucional.

- a) V, V, V
b) V, F, V
c) F, V, V
d) F, F, V
e) V, F, F

95. No que diz respeito ao novo Comitê Gestor responsável pela administração do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), avalie as proposições abaixo (V ou F) e escolha a sequência correta:

- () A composição do órgão é paritária entre Estados e Municípios, totalizando o mesmo número de representantes para cada segmento.
- () O comitê não pode decidir sobre o contencioso administrativo, pois isso continua sendo competência única da União.
- () Os Estados e o Distrito Federal terão 27 representantes, enquanto os Municípios e o Distrito Federal terão igual número, divididos entre votos iguais e votos proporcionais à população.

- a) V, F, V
- b) F, V, V
- c) V, V, F
- d) F, F, V
- e) V, F, F

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Eduardo Da Rocha

96. Com base na legislação do ICMS do Estado do Piauí, analise as afirmativas abaixo sobre hipóteses em que pessoas físicas ou jurídicas são equiparadas a contribuintes, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial:

- I. Pessoa física que importa do exterior um bem para uso pessoal será considerada contribuinte do ICMS.
- II. Pessoa jurídica que adquirir mercadoria importada e vendida por licitação será considerada contribuinte do ICMS.
- III. O consumidor final que adquire energia elétrica de outro Estado para uso próprio está sujeito à incidência do ICMS como contribuinte.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

97. A empresa Pescado do Delta S.A., com sede em Parnaíba, opera também com barcos de pesca equipados para comercialização direta dos peixes em pequenas cidades litorâneas do Piauí. Já a empresa VarejoMóvel Ltda., com sede em Teresina, utiliza caminhões adaptados para vender produtos em feiras do interior do Estado, mas esses veículos retornam toda noite à sede onde são carregados e gerenciados. Por fim, a fiscalização da SEFAZ-PI identificou mercadorias de origem desconhecida armazenadas num terreno baldio em Picos, sem qualquer edificação.

Considerando o conceito de estabelecimento na legislação do ICMS do Piauí, assinale a alternativa correta:

- a) Os barcos de pesca da Pescado do Delta S.A. não são considerados estabelecimentos.
- b) O caminhão da VarejoMóvel Ltda. é considerado estabelecimento autônomo, pois realiza operações em local diverso da sede.
- c) O terreno baldio onde as mercadorias foram encontradas não pode ser considerado estabelecimento, por não haver estrutura física construída.
- d) O caminhão da VarejoMóvel Ltda. é considerado extensão do estabelecimento fixo da empresa, não sendo autônomo.
- e) Cada barco de pesca deve ser vinculado à matriz da empresa, pois não há previsão de autonomia para esses veículos.

98. Com base na legislação do ICMS do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta sobre o credenciamento e a comunicação por meio do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e):

- a) O credenciamento no DT-e é realizado por estabelecimento, sendo necessária uma inscrição por filial.
- b) O credenciamento efetuado voluntariamente pelo contribuinte tem validade de 5 anos, podendo ser prorrogado.
- c) O DT-e será considerado acessado apenas se o contribuinte confirmar expressamente o recebimento da mensagem.
- d) Caso o contribuinte não acesse a comunicação eletrônica, ela será considerada realizada automaticamente após 15 dias.
- e) O acesso ao DT-e deve ser realizado exclusivamente por meio de aplicativo mobile homologado pela SEFAZ.

99. A empresa Fumaça Brava Ltda., sediada no Piauí, comercializa cigarros e armamentos, sendo contribuinte habitual do ICMS. Em janeiro, recebeu mercadorias oriundas do Estado de São Paulo destinadas à revenda, com incidência de IPI. Entretanto, posteriormente, parte dessas mercadorias foi transferida ao ativo imobilizado. Além disso, em fevereiro, realizou uma devolução interestadual de cigarros recebidos anteriormente.

Com base na legislação do ICMS do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta:

- a) A devolução interestadual deverá utilizar como base de cálculo o valor da nota fiscal de venda da própria empresa.
- b) O valor do IPI deverá ser excluído da base de cálculo da operação que destinou mercadoria ao ativo fixo.
- c) As operações internas com cigarros estão sujeitas à alíquota de 18%.
- d) O IPI compõe a base de cálculo do ICMS quando a mercadoria for desviada para uso no ativo imobilizado.
- e) O ICMS não deve ser destacado na devolução interestadual, por não haver circulação jurídica da mercadoria.

100. Com base na legislação do ICMS do Estado do Piauí sobre a composição do débito e do crédito fiscal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Integra o total do débito fiscal o valor referente ao diferencial de alíquota devido nas aquisições interestaduais.
- II. O valor dos créditos estornados deve ser considerado no cálculo do débito a recolher.
- III. O saldo credor do período anterior compõe o total do débito fiscal do período seguinte.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

101. Com base no Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, analise as afirmativas abaixo sobre as hipóteses em que é vedado o aproveitamento de crédito fiscal:

- I. Não é permitido o crédito relativo à aquisição de mercadorias para revenda, quando a saída subsequente for isenta do imposto, salvo se a operação for destinada ao exterior.
- II. É vedado o crédito do ICMS sobre serviços de transporte, mesmo quando vinculados à circulação de mercadoria tributada.
- III. É vedado o crédito relativo à mercadoria destinada ao uso ou consumo próprio do estabelecimento, exceto se ela for consumida no processo produtivo, até 31 de dezembro de 2032.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

102. Com base na legislação do ICMS do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta quanto ao aproveitamento de créditos fiscais:

- a) O contribuinte pode utilizar livremente o saldo credor após encerramento da atividade, desde que comprove a origem do crédito.
- b) O retorno de mercadoria ao estabelecimento, por não ter ocorrido a tradição real, permite o aproveitamento de crédito fiscal.
- c) O crédito presumido não pode ser computado como crédito fiscal na apuração do imposto.
- d) O ICMS pago sobre materiais de embalagem utilizados em produto isento pode ser integralmente creditado.
- e) Não é permitido o crédito fiscal relativo à antecipação parcial do ICMS.

103. Com base no Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, analise as afirmativas a seguir sobre a utilização de saldo credor acumulado por estabelecimentos exportadores:

- I. A primeira forma obrigatória de utilização do saldo credor acumulado é a quitação de débitos do próprio contribuinte inscritos em Dívida Ativa e não parcelados.
- II. O saldo credor acumulado pode ser utilizado para quitar parcelamento de débito fiscal já inscrito em Dívida Ativa, mesmo antes da quitação de débitos não parcelados.
- III. Após a quitação obrigatória de débitos próprios e de estabelecimentos do mesmo titular, o contribuinte poderá transferir saldo credor remanescente a terceiros, mediante reconhecimento formal pela SEFAZ.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

104. A empresa TecNordeste Ltda., com sede no Piauí, possui obrigação de recolher ICMS até o dia 20 de cada mês. No mês de junho, o dia 20 caiu em uma quinta-feira (feriado nacional – Corpus Christi), e o dia 21 foi declarado ponto facultativo no Estado. O setor fiscal da empresa questionou qual a data-limite para pagamento do imposto sem acréscimos legais. Considerando o Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta:

- a) O pagamento deveria ter sido realizado antecipadamente, no último dia útil antes do feriado.
- b) O imposto poderá ser recolhido até o primeiro dia útil após o feriado e o ponto facultativo, mesmo que a rede arrecadadora esteja funcionando.
- c) O ponto facultativo estadual não tem efeito automático sobre a prorrogação do prazo de recolhimento.
- d) O recolhimento deve ser feito no primeiro dia útil subsequente ao ponto facultativo, mediante autorização da SEFAZ.
- e) O prazo poderá ser postergado para o último dia útil do mês, mediante deferimento tácito.

105. Com base na legislação do ICMS do Estado do Piauí, analise as afirmativas a seguir sobre a fiscalização tributária:

- I. A fiscalização alcança inclusive pessoas que estejam amparadas por imunidade, não incidência ou isenção.
- II. O contribuinte pode recusar o acesso da fiscalização a documentos, desde que o motivo seja justificado por escrito.
- III. A Secretaria da Fazenda pode requisitar auxílio da força pública estadual mesmo que a conduta do contribuinte não configure crime ou contravenção penal.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.

- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

106. Nos termos da legislação do IPVA do Estado do Piauí, considera-se contribuinte do imposto a pessoa física ou jurídica proprietária de veículo automotor sujeito a registro ou licenciamento no Estado. Também há previsão de responsabilidade solidária de terceiros, mesmo que não sejam proprietários. Com base nessas disposições, assinale a alternativa correta:

- a) No contrato de arrendamento mercantil, o contribuinte do IPVA é o arrendatário, e não a empresa proprietária do veículo.
- b) O devedor fiduciante responde pelo IPVA apenas se o credor fiduciário não for localizado.
- c) O despachante que promove o registro do veículo sem o pagamento do IPVA responde solidariamente pelo tributo devido.
- d) O servidor público que licencia veículo com IPVA em aberto não responde solidariamente, desde que tenha agido de boa-fé.
- e) O arrendatário do veículo não possui qualquer responsabilidade tributária, salvo se se tornar proprietário ao final do contrato.

107. Com base nas alíquotas do IPVA previstas na legislação do Estado do Piauí, analise as afirmativas abaixo:

- I. Automóveis com valor venal acima de R\$ 150.000,00 estão sujeitos à alíquota de 3%.
- II. Motocicletas são tributadas com alíquota inferior àquela aplicável aos automóveis de passeio.
- III. Caminhonetes de valor venal inferior a R\$ 150.000,00 são tributadas à alíquota de 1%.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

108. Nos termos da Lei nº 4.254/88 do Estado do Piauí, as taxas estaduais classificam-se como:

- a) De serviços, de fiscalização e de arrecadação.
- b) De polícia, judiciárias e de custeio administrativo.
- c) Judiciárias, de segurança pública e de serviços.
- d) Judiciárias, de justiça gratuita e de concessão.
- e) De regulação, judiciais e de fiscalização.

109. De acordo com a LC nº 214/2025, assinale a alternativa correta sobre hipóteses de não incidência do IBS e da CBS:

- a) A remuneração recebida por conselheiros fiscais das empresas é tributada, salvo se houver vínculo empregatício.
- b) As receitas financeiras são sempre tributadas pelo IBS e pela CBS, exceto quando se tratar de operações com títulos públicos.
- c) O recebimento de dividendos e de juros sobre capital próprio está fora do campo de incidência do IBS e da CBS.
- d) A transmissão de bens em razão de cisão sempre configura fato gerador do IBS e da CBS.
- e) Os resultados de avaliação de participações societárias é considerada operação tributável, salvo se envolver pessoa física.

110. Sobre os critérios legais para composição da base de cálculo do IBS e da CBS, nos termos da LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) O valor do IPI é incluído na base de cálculo do IBS e da CBS quando a operação envolver bens industrializados.
- b) Juros cobrados em razão de parcelamento da venda integram a base de cálculo.
- c) O IBS e a CBS incidentes na operação são computados como parte do valor tributável.
- d) Descontos condicionais e incondicionais reduzem igualmente a base de cálculo.

- e) Reembolsos ou ressarcimentos recebidos por valores pagos relativos a operações por conta e ordem ou em nome de terceiros devidamente documentados integram a base de cálculo da operação principal pertencem à base de cálculo do IBS e da CBS.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Rafael Rocha

111. De acordo com a lei 4.261/89, qual das opções abaixo não constitui fato gerador do ITCMD?

- a) Transmissão causa mortis de bem imóvel gravado com cláusula de impenhorabilidade.
- b) Doação de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os de garantia.
- c) Cessão de direito do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação.
- d) Extinção do direito real de usufruto relativamente a um bem imóvel.
- e) Desincorporação de bens e direitos do patrimônio de pessoa jurídica, que implique em redução de capital social.

112. De acordo com a lei 4.261/89, o ITCMD é devido ao Estado do Piauí em qual das seguintes situações envolvendo a transmissão de bens móveis?

- a) Quando o doador é domiciliado no exterior e o donatário não reside no Estado.
- b) Quando o inventário é processado neste Estado, desde que nele também seja domiciliado o herdeiro.
- c) Quando o herdeiro é domiciliado em outro Estado e o de cujus possuía bens no exterior.
- d) Quando o donatário reside no exterior e o doador é domiciliado em outro Estado.
- e) Quando os bens móveis estão situados fora do território deste Estado, desde que nele esteja domiciliado o *de cujus*.

113. Com base na lei 4.261/89, em qual das situações abaixo o ITCMD NÃO incide?

- a) Doação de bem móvel que também esteja sujeita ao ICMS.
- b) Transmissão *causa mortis* de valores correspondentes a vencimento, salário, remuneração, honorário profissional, direitos trabalhistas, inclusive Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS, Programa de Integração Social - PIS e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, benefícios da previdência oficial ou privada, não recebidos em vida pelo autor da herança.
- c) Transferência de bens imóveis por cessão gratuita entre vivos.
- d) Cessão gratuita de direitos à herança situada no Estado.
- e) Incorporação de bem imóvel ao patrimônio de pessoa jurídica por doação.

114. Com base na lei 4.261/89, qual das opções abaixo indica uma hipótese de isenção do ITCMD na transmissão *causa mortis* ?

- a) Imóvel urbano avaliado em 20.000 UFR-PI, sendo o único bem da partilha.
- b) Imóvel rural de 30 hectares com valor de 10.000 UFR-PI, único bem da partilha.
- c) Quinhão hereditário com valor total de 4.000 UFR-PI.
- d) Imóvel legado ao Poder Público no âmbito de programa habitacional destinado a pessoas de baixa renda, de programa de reforma agrária ou em decorrência de calamidade pública.
- e) Salários recebidos em vida pelo autor da herança, no valor de 2.000 UFR-PI.

115. Com base na lei 4.261/89, quem é o contribuinte e qual é a base de cálculo na instituição de um usufruto por 10 anos sobre um imóvel com valor venal de R\$ 400.000,00, considerando que o beneficiário é domiciliado no Estado?

- a) Contribuinte: o herdeiro; Base de cálculo: R\$ 400.000,00.
- b) Contribuinte: o beneficiário; Base de cálculo: R\$ 200.000,00.
- c) Contribuinte: o donatário; Base de cálculo: R\$ 40.000,00.
- d) Contribuinte: o beneficiário; Base de cálculo: R\$ 400.000,00.
- e) Contribuinte: o fiduciário; Base de cálculo: 5% do valor venal por ano, sem limite.

116. Com base na lei 4.261/89, as alíquotas do ITCMD são as seguintes:

- a) 2%, 4% e 6%, nas transmissões *causa mortis*, e 4% nas doações.
- b) 2%, 3% e 4%, nas transmissões *causa mortis*, e 4% nas doações.
- c) 2%, 4% e 6%, nas transmissões *causa mortis*, e 3% nas doações.
- d) 2%, 3% e 4%, nas transmissões *causa mortis*, e 3% nas doações.
- e) 2%, 4% e 6%, nas transmissões *causa mortis*, e 5% nas doações.

117. Com base na lei 3.216/73, qual o prazo para que os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas possam impugnar os elementos constantes do edital que explicita os critérios para a cobrança da contribuição de melhoria ?

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.
- e) 30 dias

118. Com base na lei 6.949/17, salvo disposição em contrário, o servidor executará os atos processuais no prazo de:

- a) 5 dias.
- b) 8 dias.
- c) 10 dias.
- d) 15 dias.
- e) 30 dias.

119. Com base na lei 6.949/17, qual dessas não constitui modalidade válida de intimação?

- a) pessoal.
- b) telegráfica.
- c) por comunicação eletrônica.
- d) telefônica.
- e) por edital.

120. Com base na lei 6.949/17, produzirá efeito a consulta que verse:

- a) sobre fato praticado por estabelecimento, em relação ao qual tiver sido expedida qualquer notificação.
- b) sobre matéria objeto de ato normativo.
- c) sobre fato que configure contravenção penal.
- d) sobre matéria que tiver sido objeto de decisão proferida em processo administrativo já findo, de interesse do consulente.
- e) sobre matéria objeto de consulta anteriormente feita pelo consulente e respondida pela UNATRI.

CONTABILIDADE GERAL

Gilmar Possati

121. A empresa Audazes S.A, em um momento de reestruturação financeira, busca otimizar a gestão de seus estoques, visando a correta avaliação para fins de balanço patrimonial e apuração do resultado do exercício. Considerando as normas contábeis aplicáveis, assinale a opção que apresenta o procedimento correto para a avaliação de estoques:

- a) Os estoques devem ser avaliados pelo custo de aquisição, que inclui o preço de compra, os impostos recuperáveis e os gastos com transporte e seguro, desde que necessários para colocar os estoques em sua condição e localização atuais.
- b) Os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, sendo que o valor realizável líquido representa o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados para sua conclusão e os gastos necessários para realizar a venda.
- c) É permitido o uso do critério Último a Entrar, Primeiro a Sair (UEPS) para a avaliação dos estoques, pois este método reflete de forma mais precisa o fluxo físico dos bens.
- d) Os custos de transformação dos estoques incluem apenas os custos diretos de produção, como mão de obra direta e materiais diretos, sendo vedada a inclusão de custos indiretos de fabricação.
- e) Em caso de perdas por obsolescência ou deterioração, os estoques devem ser baixados ao valor justo, reconhecendo a perda no resultado do período, sendo vedada a reversão de perdas em períodos subsequentes.

122. Uma entidade do setor imobiliário incorre em diversos custos para a aquisição de um terreno para compor a sua cartela de produtos comercializados. Além do preço de compra do terreno, a entidade arca com despesas de Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), honorários advocatícios e custos de terraplanagem. Considerando as normas contábeis aplicáveis, assinale a opção que indica corretamente o tratamento contábil desses custos no reconhecimento inicial do terreno:

- a) Todos os custos, incluindo o preço de compra, ITBI, honorários advocatícios e custos de terraplanagem, devem ser reconhecidos como despesas no resultado do período, em obediência ao princípio da competência.
- b) Apenas o preço de compra do terreno deve ser reconhecido como custo a ser capitalizado, enquanto as demais despesas (ITBI, honorários, terraplanagem) devem ser contabilizadas como despesas administrativas.
- c) O preço de compra do terreno e o ITBI devem ser reconhecidos como custo do estoque, enquanto os honorários advocatícios e os custos de terraplanagem devem ser classificados como investimentos.
- d) Todos os custos, incluindo o preço de compra, ITBI, honorários advocatícios e custos de terraplanagem, devem ser capitalizados como custo do estoque, desde que sejam necessários para colocar o terreno em sua condição e localização atuais.
- e) O preço de compra do terreno deve ser reconhecido como imobilizado, enquanto as demais despesas (ITBI, honorários, terraplanagem) devem ser contabilizadas como despesas pré-operacionais.

123. A empresa Audazes S.A. realiza diversas operações com instrumentos financeiros. Em relação à contabilização desses instrumentos, assinale a opção correta:

- a) Os instrumentos financeiros devem ser sempre mensurados ao custo histórico, em respeito ao princípio da prudência.
- b) Os ganhos ou perdas decorrentes da variação do valor justo de um instrumento financeiro devem ser reconhecidos sempre no patrimônio líquido.
- c) Os instrumentos financeiros classificados como "mantidos para negociação" devem ser mensurados ao valor justo, com as variações reconhecidas no resultado do período.
- d) Os instrumentos financeiros classificados como "disponíveis para venda" devem ser mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.
- e) A baixa de um instrumento financeiro do balanço patrimonial deve ocorrer somente quando o risco e o controle do ativo forem transferidos para outra entidade.

124. A empresa Audazes S.A. investe em outra entidade e busca o tratamento contábil adequado para esse investimento. Considerando as normas contábeis aplicáveis, assinale a opção correta:

- a) Se a investidora detém menos de 20% do capital votante da investida, o investimento deve ser sempre avaliado pelo método do custo.
- b) Se a investidora detém entre 20% e 50% do capital votante da investida, o investimento deve ser sempre avaliado pelo método da equivalência patrimonial, independentemente da existência de influência significativa.
- c) Se a investidora detém mais de 50% do capital votante da investida, o investimento deve ser consolidado, apresentando as demonstrações contábeis consolidadas.
- d) O ágio pago na aquisição do investimento deve ser sempre reconhecido como despesa no resultado do período.
- e) Os dividendos recebidos da investida devem ser reconhecidos como receita financeira na demonstração do resultado da investidora, independentemente do método de avaliação do investimento.

125. Uma sociedade empresária, atuante no setor de transporte rodoviário, necessita realizar o teste de recuperabilidade de seus veículos, em virtude de indícios de desvalorização decorrentes de novas tecnologias e aumento dos custos de manutenção. Considerando o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, assinale a opção que apresenta o procedimento correto para a realização desse teste:

- a) O valor recuperável do veículo deve ser determinado com base no seu valor justo, deduzido os custos de alienação, não sendo necessário estimar o valor em uso.
- b) O valor em uso do veículo deve ser determinado com base nos fluxos de caixa futuros descontados, utilizando uma taxa de desconto pré-fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
- c) Caso o valor contábil do veículo seja superior ao seu valor recuperável, a perda por desvalorização deve ser reconhecida no patrimônio líquido, em contrapartida a uma reserva de reavaliação.
- d) O valor recuperável do veículo é o maior valor entre o seu valor justo, deduzido os custos de alienação, e o seu valor em uso.
- e) Na estimativa dos fluxos de caixa futuros para o cálculo do valor em uso, devem ser considerados apenas os fluxos de caixa decorrentes da utilização do veículo, sendo vedada a inclusão de fluxos de caixa decorrentes de sua alienação ao final de sua vida útil.

126. Uma sociedade de economia mista está avaliando a necessidade de constituir uma provisão para contingências em virtude de um processo judicial no qual figura como ré. Considerando o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção que apresenta o critério correto para o reconhecimento dessa provisão:

- a) A provisão deve ser reconhecida independentemente da probabilidade de saída de

recursos, desde que o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

- b) A provisão deve ser reconhecida apenas se a probabilidade de saída de recursos for remota, em obediência ao princípio da prudência.
- c) A provisão deve ser reconhecida se a probabilidade de saída de recursos for possível, divulgando o passivo contingente em notas explicativas.
- d) A provisão deve ser reconhecida se a probabilidade de saída de recursos for provável e o valor da obrigação puder ser estimado com segurança.
- e) A provisão deve ser reconhecida se a probabilidade de saída de recursos for praticamente certa, divulgando o ativo contingente em notas explicativas

127. A Cia Audazes está avaliando a necessidade de realizar um ajuste a valor presente em suas demonstrações financeiras. Considerando o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, assinale a opção que apresenta a situação em que esse ajuste é mandatório:

- a) Nas operações de compra e venda de bens ou serviços com prazos inferiores a 12 meses, independentemente da relevância do efeito.
- b) Nas operações de arrendamento mercantil financeiro, em que o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento seja superior ao valor justo do ativo arrendado.
- c) Nas operações de longo prazo (com prazo superior a 12 meses), em que o efeito da não atualização monetária seja relevante para as demonstrações financeiras.
- d) Nas operações de permuta de ativos, em que o valor justo dos ativos trocados seja inferior ao seu valor contábil.
- e) Nas operações de combinação de negócios, em que o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da adquirida seja inferior ao preço pago pela adquirente.

128. A empresa Audazes S.A. está analisando a contabilização de um contrato de arrendamento de um imóvel. Considerando o CPC 06 – Arrendamentos, assinale a opção que apresenta o critério correto para a classificação desse arrendamento como financeiro:

- a) O arrendamento será classificado como financeiro se o prazo do arrendamento for inferior a 75% da vida útil econômica do ativo subjacente.
- b) O arrendamento será classificado como financeiro se o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento for inferior a 90% do valor justo do ativo subjacente.
- c) O arrendamento será classificado como financeiro se houver transferência da propriedade do ativo para o arrendatário ao final do prazo do arrendamento.
- d) O arrendamento será classificado como financeiro se o arrendatário tiver a opção de comprar o ativo por um preço significativamente superior ao seu valor justo na data da opção.
- e) O arrendamento será classificado como financeiro se o ativo subjacente for de natureza especializada e puder ser usado por outros arrendatários sem grandes modificações.

129. No balanço patrimonial da Cia. Audazes, em 31/03/20X5, havia um saldo aberto de duplicatas a pagar no montante de R\$ 5.000. Em 15/04/20X5, esse saldo foi liquidado pela companhia. Nesse sentido, o registro contábil do pagamento dessa duplicata tem como lançamento referente à aplicação de recurso um:

- a) débito na conta caixa.
- b) débito na conta banco conta movimento.
- c) crédito na conta duplicatas a pagar.
- d) débito na conta duplicatas a pagar.
- e) crédito na conta caixa.

130. A Cia. Audazes está revisando suas políticas contábeis e identifica um erro em relação ao reconhecimento de receitas de exercícios anteriores. Considerando o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, assinale a opção que apresenta o procedimento correto para a correção desse erro:

- a) O erro deve ser corrigido prospectivamente, ajustando o saldo inicial do patrimônio líquido do exercício corrente.
 - b) O erro deve ser corrigido prospectivamente, divulgando o efeito da correção em notas explicativas.
 - c) O erro deve ser corrigido retrospectivamente, reapresentando as demonstrações contábeis dos exercícios anteriores como se o erro nunca tivesse ocorrido.
 - d) O erro deve ser corrigido retrospectivamente, ajustando o saldo final do patrimônio líquido do exercício anterior.
 - e) O erro não precisa ser corrigido, desde que o seu efeito seja imaterial para as demonstrações contábeis.
-

131. A Companhia Ventos Alísios, atuante no setor de energia eólica, celebrou um contrato de longo prazo para a venda de energia a uma grande consumidora industrial. O contrato prevê um preço fixo por megawatt-hora (MWh) entregue, com cláusula de revisão a cada cinco anos, considerando as condições de mercado. Adicionalmente, o contrato estabelece uma bonificação anual à Ventos Alísios, caso a disponibilidade média de seus aerogeradores supere 95%. Em relação ao reconhecimento da receita desse contrato, de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, assinale a opção correta:

- a) A receita deve ser reconhecida linearmente ao longo do prazo do contrato, sem considerar a bonificação por disponibilidade, que será reconhecida apenas quando efetivamente recebida.
- b) A receita deve ser reconhecida com base na quantidade de MWh entregue, considerando o preço fixo e a estimativa da bonificação por disponibilidade, desde que seja altamente provável que a bonificação seja recebida.
- c) A receita deve ser reconhecida integralmente no início do contrato, em virtude da certeza do recebimento dos valores acordados.
- d) A receita deve ser reconhecida apenas quando o valor total do contrato for recebido, em obediência ao princípio da prudência.
- e) A receita deve ser reconhecida com base em um modelo de custo recuperável, ou seja, apenas quando os custos incorridos forem superiores à receita auferida.

132. A Cia. Têxtil Alvorada, buscando expandir suas operações, adquiriu uma patente de um novo tecido tecnológico. No entanto, após o lançamento do tecido, a aceitação pelo mercado foi muito abaixo do esperado, gerando dúvidas sobre a recuperabilidade do valor da patente. Nesse contexto, e considerando o CPC 04 – Ativo Intangível, assinale a opção que apresenta o procedimento contábil correto:

- a) A Cia. Têxtil Alvorada deve manter o valor contábil original da patente, divulgando a situação em notas explicativas, em obediência ao princípio da continuidade.
- b) A Cia. Têxtil Alvorada deve realizar o teste de recuperabilidade da patente, comparando seu valor contábil com o seu valor recuperável, reconhecendo uma perda por desvalorização, se for o caso.
- c) A Cia. Têxtil Alvorada deve amortizar integralmente a patente no exercício corrente, independentemente do resultado do teste de recuperabilidade.
- d) A Cia. Têxtil Alvorada deve reavaliar a patente a valor de mercado, reconhecendo um ganho ou perda no patrimônio líquido.
- e) A Cia. Têxtil Alvorada deve transferir a patente para o ativo imobilizado, em virtude da sua utilização no processo produtivo.

133. A Cia. Alimentícia Boa Safra, produtora de alimentos orgânicos, recebeu uma subvenção governamental para a aquisição de equipamentos agrícolas de última geração. A subvenção está condicionada à manutenção da produção orgânica por um período mínimo de cinco anos. Considerando o CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, assinale a alternativa que apresenta o tratamento contábil correto para essa subvenção:

- a) A subvenção deve ser reconhecida como receita no resultado do período em que for recebida, independentemente do cumprimento das condições.
- b) A subvenção deve ser reconhecida como passivo diferido e apropriada ao resultado ao longo dos cinco anos, à medida que as condições forem sendo cumpridas.
- c) A subvenção deve ser utilizada para reduzir o custo dos equipamentos agrícolas, diminuindo a despesa de depreciação nos exercícios futuros.
- d) A subvenção não deve ser reconhecida, em virtude do princípio da prudência, até que todas as condições sejam cumpridas.
- e) A subvenção deve ser reconhecida como reserva de capital no patrimônio líquido, não afetando o resultado do período.

134. A Cia. Industrial Corujas Audazes adquiriu uma máquina sob encomenda para ser utilizada em sua linha de produção. Durante o processo de instalação, foram identificadas algumas falhas que exigiram adaptações e modificações no equipamento, gerando custos adicionais significativos. Além disso, a empresa incorreu em gastos com o treinamento de seus funcionários para operar a nova máquina, considerados diretamente atribuíveis. Considerando o CPC 27 – Ativo Imobilizado, assinale a opção que apresenta o tratamento contábil correto para esses custos:

- a) Todos os custos, incluindo o preço de aquisição, os gastos com adaptações e modificações e os custos de treinamento, devem ser reconhecidos como despesa no resultado do período, em obediência ao princípio da competência.
- b) Apenas o preço de aquisição da máquina deve ser reconhecido como custo do ativo imobilizado, enquanto as demais despesas (adaptações, modificações e treinamento) devem ser contabilizadas como despesas operacionais.
- c) O preço de aquisição da máquina e os gastos com adaptações e modificações devem ser reconhecidos como custo do ativo imobilizado, enquanto os custos de treinamento devem ser classificados como despesas do período.
- d) Todos os custos, incluindo o preço de aquisição, os gastos com adaptações e modificações e os custos de treinamento, devem ser capitalizados como custo do ativo imobilizado, desde que sejam necessários para colocar a máquina em condições de operar da forma pretendida pela administração.
- e) O preço de aquisição da máquina deve ser reconhecido como ativo imobilizado, enquanto as demais despesas (adaptações, modificações e treinamento) devem ser contabilizadas como ativo diferido, a serem amortizadas ao longo da vida útil da máquina.

135. A Imobiliária Estrela do Sul adquiriu um terreno com o objetivo de obter renda por meio de aluguel, até que as condições de mercado se tornem favoráveis para a venda. Durante o período em que o terreno está alugado, a Imobiliária Estrela do Sul tem a opção de mensurá-lo ao valor justo ou ao custo. Considerando o CPC 28 – Propriedade para Investimento, assinale a opção que apresenta a implicação da escolha do método de mensuração:

- a) Se a Imobiliária Estrela do Sul optar pelo método do custo, deverá divulgar o valor justo da propriedade para investimento em notas explicativas, mesmo que não utilize esse valor para fins de mensuração.
- b) Se a Imobiliária Estrela do Sul optar pelo método do valor justo, deverá reconhecer as variações no valor justo diretamente no patrimônio líquido, em uma reserva de reavaliação.
- c) Se a Imobiliária Estrela do Sul optar pelo método do custo, não poderá transferir a propriedade para investimento para a categoria de ativo imobilizado, mesmo que a destinação do ativo seja alterada.
- d) Se a Imobiliária Estrela do Sul optar pelo método do valor justo, deverá depreciar a propriedade para investimento ao longo de sua vida útil econômica.
- e) Se a Imobiliária Estrela do Sul optar pelo método do custo, não poderá mais alterar esse método de mensuração em exercícios futuros.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

136. A constituição Federal de 1988 disciplina sobre as finanças públicas, determinando que

- a) compete à LDO dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual
- b) compete à lei ordinária estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos
- c) para o cumprimento de dispositivos que estabeleçam metas fiscais e limite de despesas, o Poder Executivo poderá lançar mão de reduzir ou limitar, na elaboração e na execução das leis orçamentárias, as despesas com a concessão de subsídios, subvenções e benefícios de natureza financeira, inclusive os relativos a indenizações e restituições por perdas econômicas, observado o ato jurídico perfeito.
- d) a União organizará e manterá registro descentralizado e pulverizado de projetos de investimento contendo, por Estado ou Distrito Federal, pelo menos, análises de viabilidade, estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira.
- e) integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 3 (três) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

137. Com base na Constituição Federal de 1988 e na legislação infraconstitucional, assinale a alternativa correta sobre a natureza jurídica e a função das peças orçamentárias no ordenamento brasileiro.

- a) O Plano Plurianual tem natureza jurídica de lei ordinária e deve conter, obrigatoriamente, metas de curto prazo para a execução fiscal do exercício seguinte.
- b) A Lei Orçamentária Anual, por ser autorizativa, pode ser executada de forma discricionária, inclusive contrariando a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como objetivo estabelecer as metas e prioridades para o exercício financeiro e compatibilizar o PPA com a LOA.
- d) O orçamento público, enquanto plano de ação governamental, prescinde de aprovação legislativa e não possui natureza jurídica de lei formal.
- e) O orçamento-programa é aquele que prescinde de estrutura programática, sendo centrado exclusivamente na previsão de receitas.

138. Há, na doutrina dominante, um princípio que determina a existência de uma estrutura classificatória relativamente complexa que permite uma visão organizada das despesas, uma forma de atender à exigência de transparência e permitir a análise detalhada do gasto público.

Na União, o orçamento público contempla informações qualitativas (esfera, órgão, unidade, função/subfunção de governo, programa, ações, outros classificadores) e quantitativa (física e financeira). A dimensão física define a quantidade de bens e serviços a serem entregues, e a dimensão financeira fixa as dotações autorizadas.

Tal determinação refere-se ao princípio do(a)

- a) discriminação/especificação
- b) regionalização
- c) equidade intergeracional
- d) programação
- e) sustentabilidade financeira

139. Orçamento é um plano que expressa em termos de dinheiro, para um período de tempo, o programa de operações do governo e os meios de financiamento desse programa. James Giacomoni elenca que a estratégia de desenvolvimento resulta da escolha de certas “grandes alternativas”, das quais se espera a contribuição mais eficaz para o desenvolvimento do país. Essas definições se dão, especialmente, em termos de planos nacionais de longo prazo e se apoiam em três elementos principais, quais sejam:

- a) a formulação de uma imagem prospectiva; certos projetos estratégicos; e o enunciado de políticas básicas
- b) a formulação de uma imagem flexível; certos projetos panorâmicos de longo prazo; e o enunciado de políticas básicas
- c) a formulação de uma imagem prospectiva; certos projetos estratégicos; e o enunciado de ações prioritárias no orçamento
- d) a formulação de uma imagem retrospectiva; financiamentos de investimentos de grande vulto; e o enunciado de políticas básicas
- e) a formulação de abordagem sistêmica; certos projetos estratégicos; e o enunciado de políticas básicas

140. Em sua elaboração, o orçamento-programa tem uma lógica que o distingue de outros modelos. Essa lógica pode ser traduzida em fases que, ao serem cumpridas, dão a esse modelo toda a sua peculiaridade. Uma etapa que antecede a apresentação das soluções, que é a identificação das alternativas viáveis para solucionar os problemas, é

- a) estabelecimento das prioridades: ordenamento das soluções encontradas;
- b) definição dos objetivos: estabelecimento do que se pretende fazer e o que se conseguirá com isso;
- c) determinação das tarefas: identificação das ações necessárias para atingir os objetivos;
- d) determinação dos recursos: arrolamento dos meios, sejam recursos humanos, materiais, técnicos, institucionais ou serviços de terceiros necessários;
- e) diagnóstico da situação: identificação das causas que concorrem para o surgimento dos problemas;

141. No exercício financeiro de 2025, o gestor de um órgão estadual identificou a necessidade de contratar uma empresa especializada para manutenção corretiva de equipamentos hospitalares. Para verificar a viabilidade dessa contratação, reuniu as seguintes informações:

- O valor total necessário à contratação é de R\$ 700.000, com execução prevista integralmente no exercício de 2025.
- O elemento de despesa “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” possui dotação fixada na LOA/2025 no montante de R\$ 30.000.000.
- No mesmo exercício já foram empenhados e pagos R\$ 29.500.000 nesse elemento de despesa.
- Há possibilidade de anulação de dotações orçamentárias sem vinculação no valor de R\$ 200.000.
- O Balanço Financeiro de 31/12/2024 apresentou um ativo financeiro de R\$ 3.100.000 e passivo financeiro de R\$ 2.800.000.

- O Resultado Financeiro de 2024 foi de R\$ 300.000.
- Não houve superávit de arrecadação até o momento.
- Não existem créditos adicionais abertos e não utilizados do exercício anterior.

Diante das informações, para viabilizar novos empenhos no elemento de despesa mencionado, o gestor deverá, observada a Lei nº 4.320/64, adotar a seguinte alternativa:

- a) Utilizar o saldo da dotação existente (R\$ 500.000) e o resultado financeiro de 2024 para abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000.
- b) Utilizar o superávit financeiro apurado em 31/12/2024 (diferença entre ativo e passivo financeiro) no valor de R\$ 300.000 e realizar anulação de dotações no valor de R\$ 400.000, mediante crédito adicional extraordinário.
- c) Utilizar o saldo da dotação de R\$ 500.000 e anular dotações no valor de até R\$ 200.000, com abertura de crédito adicional suplementar por decreto.
- d) Utilizar o superávit patrimonial de R\$ 300.000 e complementar o valor com o cancelamento de R\$ 400.000 de dotações para abertura de crédito adicional especial.
- e) Utilizar o saldo da dotação existente (R\$ 500.000) e complementar com o resultado financeiro de 2024, abrindo crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000 com base no excesso de arrecadação previsto.

142. O Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2024 de uma entidade pública federal, conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), apresenta:

- a) o cancelamento, em fevereiro de 2024, de despesas empenhadas e liquidadas no exercício de 2023, como redução de Despesa Liquidada Paga.
- b) o ingresso, em agosto de 2024, de valores provenientes de doações em dinheiro de entidade privada, classificados como Receita de Capital Intraorçamentária.
- c) o pagamento, em setembro de 2024, de restos a pagar não processados de 2023, com recursos do exercício corrente, registrado como Despesa Paga, de natureza extraorçamentária a ser demonstrada no balanço financeiro de 2024.
- d) a diferença negativa entre as Despesas Empenhadas e as Despesas Pagas do exercício de 2024 como Déficit Financeiro.
- e) a arrecadação, em abril de 2024, de receita de alienação de bens móveis inservíveis, classificados como Receita Corrente Realizada.

143. O resultado da execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2024 de uma entidade pública federal, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é impactado:

- a) pelo pagamento, em janeiro de 2024, de despesa empenhada e liquidada em dezembro de 2023, referente à aquisição de combustíveis.
- b) pelo recebimento, em abril de 2023, de indenização judicial de pequeno valor referente a danos materiais causados a bem público em 2022.
- c) pela amortização, em junho de 2024, de dívida contratada com recursos de operação de crédito formalizada em 2021.
- d) pela alienação, em julho de 2024, de um equipamento obsoleto, cuja receita foi registrada como receita patrimonial.

e) pelo empenho, em setembro de 2024, de valores relativos a juros de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.

144. No que se refere à execução orçamentária de despesas, a Lei nº 4.320/1964 e os manuais técnicos do Tesouro Nacional determinam que

- a) o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, e compreende a reserva de dotação orçamentária para um fim específico.
- b) as despesas liquidadas e não pagas até 31 de dezembro devem ser automaticamente canceladas, não podendo ser inscritas em restos a pagar.
- c) a classificação econômica das despesas com aquisição de bens imóveis para revenda deve ser feita como despesa corrente.
- d) o pagamento de despesa pública pode ser realizado antes da liquidação, desde que a despesa tenha sido empenhada no exercício.
- e) é dispensável a emissão de empenho nos casos de despesas referentes a pessoal ativo, encargos sociais e amortização da dívida, autorizados por legislação específica.

145. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o

- (I) recebimento de receita de serviços prestados a entes privados por uma autarquia;
- (II) devolução de caução contratual por empresa prestadora de serviços ao fim do contrato;
- (III) recebimento de valores decorrentes de multas de trânsito correspondem respectivamente, a uma receita:

- a) orçamentária efetiva, uma receita extraorçamentária e uma receita orçamentária não efetiva.
- b) orçamentária não efetiva, uma receita orçamentária não efetiva e uma receita extraorçamentária.
- c) orçamentária efetiva, uma despesa extraorçamentária e uma receita orçamentária efetiva.
- d) extraorçamentária, uma receita orçamentária efetiva e uma receita orçamentária não efetiva.
- e) orçamentária não efetiva, uma receita orçamentária efetiva e uma receita extraorçamentária.

146. A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2025 de um ente público, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, pode:

- a) fixar despesas referentes à devolução integral de depósito em caução recebido em janeiro de 2023, classificando-as como Despesas Correntes.
- b) dispor sobre o aumento da alíquota de imposto a ser aplicada no referido exercício financeiro para o financiamento de Despesas Correntes.
- c) autorizar a abertura de créditos adicionais especiais até 1,2% da receita corrente líquida arrecadada no exercício financeiro de 2024.
- d) prever receitas provenientes de recursos recebidos como indenização por danos causados ao patrimônio público, classificando-as como Receitas Correntes.
- e) conter demonstrativo da compatibilidade entre a programação orçamentária e os objetivos e metas fiscais constantes no orçamento fiscal do referido exercício financeiro.

147. A Lei Orçamentária Anual (LOa) referente ao exercício financeiro de 2025 de uma entidade da administração direta federal, conforme previsto na legislação orçamentária brasileira, não poderá:

- a) autorizar despesas relativas a operações de crédito contratadas anteriormente, classificadas como Despesas de Capital.
- b) prever receitas originadas de indenizações por perdas materiais pagas à entidade por empresas privadas, classificando-as como Receitas Correntes.
- c) incluir ação com pagamento de precatórios judiciais.
- d) dispor sobre isenções tributárias de caráter permanente, condicionadas ao cumprimento de metas fiscais da LDO.
- e) contemplar dotações para despesas com pessoal civil ativo, aposentados e pensionistas, dentro dos limites definidos na LRF.

148. Quanto ao Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2026 de um ente público, a Constituição Federal de 1988 determina que:

- a) as emendas a esse projeto podem ser aprovadas se indicarem os recursos necessários para a sua execução, sendo admitidas aquelas provenientes da anulação de despesas classificadas como Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.
- b) as emendas de bancada a esse projeto podem ser aprovadas até o limite de 1,2% da receita corrente arrecadada no exercício financeiro de 2025, com a exigência de que metade desse percentual seja destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- c) as emendas individuais a esse projeto podem ser aprovadas até o limite de 2% da receita corrente líquida do exercício financeiro de 2024, com a exigência de que a metade desse percentual seja destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- d) o orçamento da seguridade social inclui receitas e despesas relativas à saúde, previdência e assistência social; enquanto o orçamento fiscal define metas fiscais para o período de 2026 a 2028, como os resultados primários e nominais.
- e) o orçamento da seguridade social contempla despesas com saúde e segurança social; enquanto o orçamento de investimento se destina a despesas das empresas públicas, podendo ser executado sem aprovação legislativa, desde que haja recursos disponíveis.

149. Observe o quadro a seguir referente ao exercício financeiro de 2025.

 Dados do Balanço Patrimonial de 31/12/2025:

Item	Valor (R\$ Mil)
Dotação atualizada	420
Receita realizada	460
Ativo financeiro	80
Passivo financeiro	35
Restos a pagar inscritos	70
Saldo de operações de crédito	20

Considere ainda que o orçamento do ano de 2026 apresentou R\$ 12 mil em valores de **créditos especiais reabertos**, tendo como fonte de recursos o saldo de **operações de crédito**. Nessas condições, os valores disponíveis para **abertura de novos créditos adicionais** na LOA desse exercício de 2026, tendo como fonte de recursos o **superávit financeiro do exercício anterior (2025)**, será de:

- a) R\$ 25.000
- b) R\$ 45.000
- c) R\$ 65.000
- d) R\$ 53.000
- e) R\$ 15.000

150. Sobre o Orçamento Público, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Sob o aspecto jurídico, o orçamento é uma lei formal e ordinária, aprovada pelo Poder Legislativo, que autoriza a arrecadação de receitas e a realização das despesas no exercício financeiro.
- b) É um instrumento da política fiscal do Estado, sendo utilizado, por exemplo, para controlar o déficit público, influenciar a demanda agregada e combater recessões.
- c) Com base no aspecto técnico, o orçamento deve ser elaborado de forma empírica e flexível, sendo desnecessária uma classificação metodológica padronizada.
- d) No enfoque administrativo, o orçamento representa um plano de ação governamental, detalhando os programas e as fontes de financiamento em termos monetários.
- e) Sob a ótica política, o orçamento traduz as escolhas e prioridades dos representantes eleitos, refletindo o pacto entre governo e sociedade sobre a destinação dos recursos públicos.

CONTABILIDADE DE CUSTOS*Marcondes Fortaleza*

151. São classificados como custos diretos:

- a) matéria-prima e componentes adquiridos.
- b) custos diretos e indiretos.
- c) mão-de-obra direta e materiais diretos.
- d) matéria-prima e depreciações.
- e) mão-de-obra indireta e matéria-prima.

152. A empresa MAVIFOR adquiriu uma máquina para uso, exclusivo, na produção do produto **A**. A vida útil estimada da máquina é de 10 anos e a empresa utiliza o método das unidades produzidas para depreciá-la. Em relação ao produto **A**, a depreciação da máquina é classificada como custo

- a) fixo e primário.
- b) fixo e indireto.
- c) variável e direto.
- d) variável e indireto.
- e) fixo e direto.

153. Considere os dados a seguir:

- Estoque inicial de materiais diretos.....6.000,00
- Estoque final de produtos em elaboração.....6.800,00
- Compras de materiais diretos.....16.000,00
- Estoque inicial de produtos acabados.....2.000,00
- Mão-de-obra direta.....1.500,00
- Estoque final de produtos acabados.....1.600,00
- Custos indiretos de fabricação.....5.300,00
- Estoque final de materiais diretos.....7.700,00
- Estoque inicial de produtos em elaboração.....4.200,00
- Despesas administrativas.....2.200,00
- Despesas com vendas.....1.800,00
- Despesas financeiras líquidas.....400,00

Considerando apenas essas informações, extraídas da contabilidade da Cia. MAVIFOR, o Custo dos

Produtos Vendidos, no período, correspondeu a, em R\$:

- a) 14.500,00
- b) 16.700,00
- c) 18.500,00
- d) 18.900,00
- e) 21.100,00

Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões **154** e **155**.

A Cia. MAVIFOR produz um único produto e durante o mês de janeiro de 2025 produziu integralmente 1.000 unidades do referido produto e vendeu 600 unidades por R\$ 100,00 cada. As informações sobre custos e despesas incorridos pela Cia. no mês de janeiro de 2025 são:

Custo fixo: R\$ 22.000,00/mês

Custos variáveis:

Matéria-prima: R\$ 15,00/unidade

Mão de obra direta: R\$ 6,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 7.000,00/mês

Despesas variáveis: R\$ 3,00/unidade

Comissões sobre venda: 5% do preço de venda

154. Pelo método de Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do mês de janeiro de 2025 foi, em reais, de

- a) 29,00.
- b) 26,00.
- c) 22,00.
- d) 21,00.
- e) 43,00.

155. Sabendo que não havia estoque inicial de produtos em elaboração e de produtos acabados, o valor do estoque final de produtos acabados da Cia. MAVIFOR, em 31 de janeiro de 2025, pelo Custeio Variável, era, em reais,

- a) 8.800,00.
- b) 8.400,00.
- c) 5.600,00.
- d) 8.000,00.
- e) 17.200,00.

156. Considere as seguintes informações sobre a estrutura de uma empresa:

- Custos e despesas variáveis: R\$ 100,00 por unidade.
- Custos e despesas fixas: R\$ 50.000,00 por mês.
- Preço de venda: R\$ 150,00 por unidade.
- Aumento da depreciação: 40%

O ponto de equilíbrio financeiro, em unidades, considerando-se que a depreciação representa 20% do total dos Custos de Despesas fixas, é

- a) 800
- b) 1.000
- c) 1.120
- d) 1.180
- e) 1.200

157. Uma Companhia industrial projeta os seguintes valores de gastos e receitas mensais para o início de atividades de fabricação de seu produto X:

- Custos e Despesas Fixas..... R\$ 189.990,00
- Custos e despesas variáveis unitários R\$ 62,50
- Preço unitário de X R\$ 107,50

Fazendo uso da análise das relações custo/volume/lucro, o ponto de equilíbrio (break-even point) da Companhia, em unidades do produto X, corresponde a

- a) 4.220.
- b) 4.222.

- c) 4.198.
- d) 4.250.
- e) 3.988.

158. A empresa MAVIFOR apresentou, em determinado período, custos fixos de R\$ 60.000,00, despesas fixas de R\$ 40.000,00 e custos variáveis unitários de 800. Para que a empresa alcance um lucro esperado de R\$ 40.000,00, mantidos todos custos e despesas incorridos e um preço de venda de R\$ 1.080,00, quantas unidades devem ser vendidas?

- a) 1.000.
- b) 850.
- c) 700.
- d) 500.
- e) 650.

159. Uma companhia apresenta os seguintes dados de custos de produção de uma mercadoria:

- Custos e despesas fixas: R\$ 135.000,00
- Custos e despesas variáveis unitárias: R\$ 50,00
- Preço unitário de venda do produto: R\$ 110,00

O grau de alavancagem operacional correspondente à produção de 3.000 unidades é

- a) 4,0.
- b) 8,0.
- c) 7,5.
- d) 7,0.
- e) 5,0.

Instruções: Considere o enunciado abaixo para responder à questão de número **160**.

No segundo mês de produção de uma empresa foram iniciadas 2.000 unidades de produção das quais 1.800 foram terminadas, ficando 200 unidades semiacabadas. Nesse mesmo mês, foram terminadas 150 unidades que eram semiacabadas no final do mês anterior. Nas unidades semiacabadas do mês anterior, $\frac{2}{3}$ de todos os custos já haviam sido aplicados. Nas unidades semiacabadas do mês, 50% de todos os custos já foram aplicados.

O custo total de produção (Diretos e Indiretos) do período é R\$ 48.750,00. O custo total aplicado à produção semiacabada no mês anterior foi R\$ 1.500,00. A Empresa produz somente um produto.

160. Utilizando-se a técnica de equivalente de produção, o custo unitário médio do mês é, em R\$,

- a) 50,00
 - b) 45,00
 - c) 30,00
 - d) 15,00
 - e) 25,00
-

Estudo de Caso 1

O Estado Alfa, buscando aumentar sua arrecadação, editou uma lei estadual que institui um novo tributo sobre operações de transferência de bens móveis entre estabelecimentos da mesma empresa localizados em municípios distintos dentro do território estadual. A norma estabelece alíquotas progressivas conforme o valor do bem transferido, determinando que o pagamento seja devido no momento da circulação física da mercadoria.

Paralelamente, o Município Beta, localizado no mesmo estado, publicou lei municipal prevendo a cobrança de uma “taxa de segurança patrimonial” a ser exigida de todas as empresas com patrimônio acima de R\$ 500 mil, justificando a cobrança com base na presença ostensiva da Guarda Municipal nas áreas industriais da cidade.

Contribuintes de ambos os entes federativos ajuizaram ações questionando a constitucionalidade das respectivas leis, alegando violação a limitações da competência tributária.

Com base na situação hipotética apresentada, responda aos seguintes tópicos:

1. À luz das disposições gerais sobre limitações da competência tributária, analise a constitucionalidade da lei estadual que instituiu tributo sobre a transferência de bens entre estabelecimentos do mesmo titular.
2. Com base nas disposições especiais, examine a legalidade da taxa municipal instituída com fundamento na segurança patrimonial.

Aponte os princípios constitucionais violados pelas referidas normas e as possíveis consequências jurídicas da sua inobservância.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

A empresa pública estadual PI Investimentos S.A., controlada pela Administração Pública Direta do Estado do Piauí, atua no fomento a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no estado. No exercício de 2024, a empresa realizou os seguintes fatos contábeis:

- Adquiriu um imóvel por R\$ 5.000.000,00 para instalar seu novo centro de operações. O bem foi avaliado em laudo técnico de terceiros como tendo valor justo de R\$ 5.500.000,00 no momento da aquisição.
- Investiu R\$ 1.200.000,00 em melhorias no imóvel para adaptá-lo às suas atividades operacionais.
- Recebeu um terreno como doação do Estado, avaliado tecnicamente em R\$ 800.000,00.
- Avaliou uma máquina adquirida em 2020 no valor de R\$ 900.000,00. No encerramento do exercício de 2024, seu valor justo era de R\$ 500.000,00, e o valor contábil líquido era de R\$ 600.000,00.

A contabilidade foi questionada por auditores sobre a adequação dos critérios de mensuração e evidenciação adotados nos lançamentos patrimoniais da entidade, especialmente quanto à observância dos princípios contábeis e das normas brasileiras emitidas pelo CFC.

Com base nos princípios fundamentais de contabilidade e nas normas emitidas pelo CFC:

1. Analise os critérios de mensuração inicial e subsequente aplicáveis às aquisições e reavaliações de ativos realizados pela empresa.
2. Examine a forma de contabilização da doação do terreno e a obrigatoriedade de sua evidenciação nas demonstrações contábeis, conforme os princípios contábeis vigentes.
3. Avalie os impactos da redução no valor justo da máquina sobre as demonstrações contábeis, indicando o tratamento adequado segundo as normas brasileiras de contabilidade.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
